

CARLOS ALEXANDRE GEOVANINI DOS SANTOS

DIPLOMACIA DOS BLINDADOS

o centro de instrução de blindados como vetor de cooperação militar
com os países do Cone Sul

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia
apresentada ao Departamento de Estudos da
Escola Superior de Guerra como requisito à
obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de
Política e Estratégia.

Orientadora: Profa. Dra. Cintiene Sandes Monfredo
Mendes.

Rio de Janeiro

2020

C2020ESG

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

CARLOS ALEXANDRE GEOVANINI DOS
SANTOS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237d Santos, Carlos Alexandre Geovanini dos

Diplomacia dos blindados: o centro de instrução de blindados como vetor de cooperação militar com os países do Cone Sul / Cel Carlos Alexandre Geovanini dos Santos. - Rio de Janeiro: ESG, 2020.
70 f.

Orientador: Profa. Dra. Cintiene Sandes

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Política e Estratégia (CAEPE), 2020.

1. Centro de Instrução de Blindados. 2. Tanques (Ciência militar).
3. Segurança nacional - Cooperação internacional - Cone Sul. 4. Cone Sul - Relações militares. I. Título.

CDD - 355.031098

Elaborada pelo bibliotecário Antonio Rocha Freire Milhomens – CRB-7/5917

RESUMO

O incremento da cooperação na área de blindados com os países do Cone Sul poderia trazer substanciais benefícios ao Brasil. Antes de tudo, vislumbra-se que, quanto maior a cooperação, maior será o fomento à confiança mútua, contribuindo para a estabilidade regional. Pela troca de experiências, aumentar nossa capacidade operacional na área, assim como a interoperabilidade entre os países, explorando a resolução de problemas comuns. A base industrial de defesa nacional também será beneficiada. Ademais, a sinergia entre todos os fatores acima elencados impulsionaria o prestígio e a capacidade de influência do Brasil no tema. Nesse contexto, a presente monografia partiu do problema que visou investigar a importância, possibilidades e limitações do Centro de Instrução de Blindados (CIBId) do Exército brasileiro como vetor de cooperação técnica militar entre o Brasil e os países do Cone Sul na área de blindados, com o objetivo de melhor compreender o fenômeno e sugerir caminhos possíveis na abordagem do tema. Metodologicamente, a pesquisa teve assento sobre quatro pilares: (1) literatura científica; (2) fontes documentais do Estado-Maior do Exército; (3) entrevistas realizadas com o Comandante, Subcomandante e Chefe da Divisão de Ensino do CIBId; e (4) questionário aplicado aos especialistas da organização militar. A revisão bibliográfica buscou estabelecer o diálogo entre a perspectiva institucionalista da teoria das relações internacionais e o pensamento geopolítico nacional voltado para o Cone Sul, correlacionando-os com os diplomas legais do setor de Defesa brasileiro. Os relatórios do Estado-Maior do Exército, bem como as atas das reuniões bilaterais entre o Brasil e os países do Cone Sul permitiram, após aplicação do método da análise de conteúdo, mapear o estágio atual da cooperação militar, levantar tendências e estabelecer categorias úteis ao estabelecimento de uma moldura analítica essencial à análise do fenômeno estudado. No que toca ao CIBId, os instrumentos de pesquisa aplicados foram importantes para entender o papel da organização militar no contexto do problema de pesquisa, como também dimensionar iniciativas que poderiam ser tomadas com vistas a ampliar os laços colaborativos com os demais países do Cone Sul no tema blindados. Por fim, utilizou-se de uma matriz SWOT para apontar os pontos fortes e fracos, assim como as oportunidades e ameaças que permeiam o tema.

Palavras-chave: Cooperação militar – Brasil - Cone Sul. CIBId. Diplomacia dos blindados.

RESÚMEN

Una mayor cooperación en el área de vehículos blindados con los países del Cono Sur podría traer beneficios sustanciales a Brasil. En primer lugar, está claro que cuanto mayor es la cooperación, mayor es la promoción de la confianza mutua, lo que contribuye a la estabilidad regional. A través del intercambio de experiencias, aumentar nuestra capacidad operativa en el área, así como la interoperabilidad entre países, explorando la resolución de problemas comunes. La base industrial de defensa nacional también se beneficiará. Además, la sinergia entre todos los factores enumerados anteriormente aumentaría el prestigio y la capacidad de Brasil para influir en el tema. En este contexto, la presente monografía comenzó con el problema que tenía como objetivo investigar la importancia, las posibilidades y las limitaciones del Centro de Instrucción de Blindados (CIBld) del Ejército de Brasil como un vector para la cooperación técnica militar entre Brasil y los países del Cono Sur en el área de vehículos blindados, para comprender mejor el fenómeno y sugerir posibles formas de abordar el tema. Metodológicamente, la investigación se basó en cuatro pilares: (1) literatura científica; (2) fuentes documentales del Estado Mayor del Ejército; (3) entrevistas llevadas a cabo con el Comandante, Subcomandante e Jefe de la División de Educación; y (4) cuestionarios aplicados a especialistas de CIBld. La revisión bibliográfica buscó establecer un diálogo entre la perspectiva institucionalista de la teoría de las relaciones internacionales y el pensamiento geopolítico nacional centrado en el Cono Sur, correlacionándolos con los diplomas legales del sector de Defensa brasileño. Los informes del Estado Mayor del Ejército, así como las actas de las reuniones bilaterales entre Brasil y los países del Cono Sur permitieron, después de aplicar el método de análisis de contenido, mapear la etapa actual de la cooperación militar, elevar tendencias y establecer categorías útiles. El establecimiento de un marco analítico esencial para el análisis del fenómeno estudiado. Con respecto a CIBld, los instrumentos de investigación aplicados fueron importantes para comprender el papel de la organización militar en el contexto del problema de investigación, así como para medir las iniciativas que podrían tomarse con miras a expandir los lazos de colaboración con los otros países del Cono Sur en el tema blindado Finalmente, se utilizó una matriz SWOT para señalar las fortalezas y debilidades, así como las oportunidades y amenazas que impregnan el tema.

Palabras clave: *Cooperación militar - Brasil - Cono Sur. CIBld. Diplomacia blindada.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Instrumental de política externa	14
Quadro 2 - Acordos vigentes de cooperação técnica entre países em desenvolvimento do Cone Sul	25
Quadro 3 - Acordos de cooperação técnica na área de blindados concluídos entre países em desenvolvimento no marco da cooperação sul-sul	25
Quadro 4 - Ações do Exército Brasileiro na área de cooperação militar	29
Quadro 5 - Principais áreas de cooperação militar entre o Brasil e os países do Cone Sul	33
Tabela 1 - Cursos e estágios de militares do Exército Brasileiro em nações amigas (PCENA)	35
Tabela 2 - Cursos e estágios em nações amigas do Cone Sul	37
Tabela 3 - Cursos e estágios para militares estrangeiros no Exército Brasileiro	39
Tabela 4 - Cursos e estágios oferecidos a militares de nações amigas do Cone Sul no Brasil	39
Tabela 5 - Concessão de fundos da ABC para que militares do Cone Sul frequentem escolas militares no Brasil	41
Tabela 6 - Plano de viagens e outras atividades em nações amigas (PVANA)	44
Tabela 7 - Visitas e outras atividades em nações do Cone Sul	45
Quadro 6 – Visitas e outras atividades em nações do Cone Sul específicas da cooperação militar na área de blindados	45
Tabela 8 - Plano de visitas de militares estrangeiros ao Brasil (PVMEB).....	46
Tabela 9 - Visitas de militares de nações do Cone Sul ao Brasil	47
Quadro 7 - Visitas de militares de nações do Cone Sul ao Brasil específicas da cooperação militar na área de blindados	47
Quadro 8 - Atividades de ensino do CIBId	57
Quadro 9 - Matriz SWOT da cooperação militar em blindados no Cone Sul	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	O dilema da cooperação	11
2.2	Pensamento brasileiro sobre o Cone Sul	15
2.3	Cooperação técnica e diplomacia militar	23
3	SITUAÇÃO ATUAL DA COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS DOS DEMAIS PAÍSES DO CONE SUL	28
3.1	Comissões Bilaterais de Estado-Maior	32
3.2	Promoção de interoperabilidade e intercâmbios na área de ensino voltados à educação.....	35
3.3	Cooperação logística e científico-tecnológica	51
4	CENTRO DE INSTRUÇÃO DE BLINDADOS: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES	56
5	CONCLUSÃO	64
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	71
	APÊNDICE B – Questionário	72

1 INTRODUÇÃO

O imaginário coletivo dos estados meridionais do Brasil, sobretudo do Rio Grande do Sul, traz ainda vivas as memórias dos tempos coloniais. Tempos difíceis, imortalizados na obra de Erico Verissimo, na têmpera de personagens eternos. A fibra de uma Ana Terra, misturada à coragem e à intrepidez inconsequente de um certo Capitão Rodrigo, à resiliência e tenacidade de uma Bibiana Cambará perfazem a síntese do processo histórico de formação da fronteira meridional brasileira.

A música e a literatura são pródigas em narrativas exaltando a liberdade na amplidão dos pampas, as batalhas memoráveis, as oportunidades perdidas ... De um lado os gaúchos, desconfiados da corte no Rio de Janeiro; do outro, os temíveis castelhanos, “filhos de Castela”, oriundos dos atuais Uruguai e Argentina. Por cerca de cinco séculos imperou a rivalidade em terras platinas. Disputava-se a terra, a mão-de-obra e o acesso aos corações dos indígenas, o gado, o direito ao livre comércio, bem como as rotas mercantis.

O lado Pacífico-Andino também experimentou dissensões. Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru bateram-se vigorosamente, testemunhando cruentos combates, intestinos e externos, que sedimentaram as nacionalidades lenta e dolorosamente.

O ápice desse processo se deu nas Guerras da Tríplice Aliança e do Pacífico, conflitos que se constituíram no celeiro de líderes forjados tanto nos lodaçais sangrentos dos campos de batalha, quanto na solidão dos gabinetes dos centros de poder. Mas, como sugere Erico Verissimo, o vento vai para o sul, depois para o norte e continua girando, trazendo novos tempos.

E os novos tempos trouxeram um pouco mais de diálogo, de superação de rivalidades e busca de entendimento. No passado, resolviam-se as controvérsias na pata do cavalo e na ponta das lanças. Mas os corcéis de outrora cederam o lugar aos motores, à blindagem, às rodas e lagartas dos modernos veículos blindados. As lanças, à precisão e ao fogo dos canhões.

Meira Mattos (2011) ensinou que geografia é destino, como também, interpretando Alexandre de Gusmão, “que os povos da América Meridional seriam irmãos e continuariam em paz, mesmo que suas metrópoles europeias se guerreassem” (MATTOS, 2011a, p. 72). Nesse contexto, desponta a inexorável

cooperação militar na área de blindados entre os países do Cone Sul como tema promissor no reforço dos laços de amizade da região.

Atualmente, na área em questão, os países do Cone Sul atravessam estágios de organização, capacidade de pesquisa & desenvolvimento e sustentabilidade da frota diferenciados. Parte dos veículos utilizados apresentam origens fabris comuns, como é o caso do carro de combate principal do Brasil e Chile, oriundos da família Leopard alemã, e do tanque argentino mediano (TAM), que, apesar de diferente, também provém de empresas daquele país. No nível doutrinário e organizacional, cada vez mais tem-se Brasil e Chile como referências, com os demais países constituindo-se em possíveis polos de absorção de doutrina. Na área industrial, há desafios comuns, o que se constitui em oportunidades para as expressões econômica e científico-tecnológica do poder nacional brasileiro.

Em 1996, o Exército brasileiro (EB) criou o Centro de Instrução de Blindados (CIBId), organização militar única na instituição, com sede em Santa Maria – RS, cuja missão é a de capacitar os recursos humanos nas áreas de emprego e manutenção de blindados, tanto das forças armadas brasileiras como a de nações amigas. Ademais, o Centro coopera com o Comando de Operações Terrestres (COTER) para a formulação doutrinária; e com o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) do Exército, na avaliação, pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa. Logo, além de se constituir em polo difusor de conhecimento, o CIBId, pelo seu nível de centralidade na rede cooperativa do sistema blindados, promove o diálogo e aproximação dos diversos órgãos decisórios do EB relativos ao tema.

Devido à sua importância no âmbito interno, o CIBId tem recebido visitas de delegações, bem como militares de nações amigas para frequentarem seus cursos, com destaque para os países do Cone Sul. Constitui-se, portanto, em vetor de cooperação militar, com um eventual potencial de expansão de atividades nessa área.

Dito isso, emerge o seguinte problema de pesquisa: qual a importância e contribuição do Centro de Instrução de Blindados no fortalecimento da cooperação militar com países do Cone Sul, na área de blindados? Quais seriam as limitações e possibilidades de ampliação das atividades cooperativas?

Dado o problema investigado acima, traçou-se o seguinte objetivo final: analisar o papel do Centro de Instrução de Blindados na cooperação militar com os países do Cone Sul, bem como as possibilidades de ampliação.

Para atingir o objetivo final elencado acima, este foi decomposto em metas parciais, que se constituíram nos seguintes objetivos intermediários:

- Examinar as relações de política externa com os países do Cone Sul e sua prioridade na agenda brasileira;
- Identificar os acordos de cooperação técnica em defesa relativos ao tema em pauta;
- Identificar a situação e iniciativas brasileiras no âmbito da cooperação na área de blindados com os países do Cone Sul;
- Descrever a missão e as atividades conduzidas pelo CIBId;
- Verificar ações de interoperabilidade com países vizinhos; e
- Investigar os óbices e possibilidades de ampliação da cooperação em tela.

Umberto Eco (2010, p. 10) ensina que “quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha”. Logo, o recorte apropriado para a presente investigação compreendeu três eixos principais: (a) países envolvidos; (b) órgãos no âmbito do Exército brasileiro; e (c) horizonte temporal.

Therezinha de Castro (1994) sustenta a escolha do paralelo de 20 graus de latitude meridional para delimitar ao norte as terras do Cone Sul. Portanto, esta região geográfica abrangeria a Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, além de partes do Brasil e da Bolívia. Logo, este foi o universo de países abrangidos na pesquisa.

Concernente ao EB, o tema perpassa vários entes da instituição. Contudo, devido ao objeto de estudo (cooperação militar com nações amigas na área de blindados), aliado à premência de tempo, o estudo restringiu-se aos seguintes órgãos: (1) o Estado-Maior do Exército (EME), por intermédio de sua 5ª subchefia, por ser a responsável pela formulação de políticas para a área internacional da instituição; e (2) o CIBId, pelo fato de ser a organização militar (OM) do EB que reúne o núcleo de especialistas, ter o propósito de constituir-se em repositório de conhecimento sobre o tema, além de exercer a função de assessoramento para todos os demais órgãos do Exército interessados nos assuntos ligados a blindados.

A moldura temporal é importante para que o trabalho fique preciso e objetivo. Considerando que os diplomas legais norteadores da questão estudada datam de 2016, inclusive o principal documento do EB que trata do assunto, a Diretriz para as atividades do Exército brasileiro na área internacional (Daebai). Portanto, foram considerados os dados dos anos 2016 – 2019.

Para que estudar a cooperação militar entre os países do Cone Sul na área de blindados? Valem a pena o tempo e a energia dispendidos? Que resultados práticos poderiam ser obtidos?

Indo direto ao âmago da questão, a resposta é afirmativa. Vale o esforço, por três razões principais: (a) promoção da estabilidade regional; (b) avanço na interoperabilidade; e (c) possibilidade de cooperação nas áreas científico-tecnológica e industrial.

O presente estudo se propôs a oferecer consistente contribuição no sentido de compreender o fenômeno da cooperação na área de blindados entre as nações estudadas, cujo incremento poderia trazer substanciais benefícios. Em primeiro lugar, vislumbra-se que quanto maior a cooperação, maior será a transparência e a fluidez no relacionamento, com reflexos positivos no fomento à confiança mútua, contribuindo para a estabilidade regional.

Além da contribuição para um ambiente estável na região, a cooperação abordada na pesquisa leva à ampliação do diálogo, promovendo maior troca de experiências. Tal conduta potencializa a capacidade operacional dos envolvidos, guardadas as especificidades de cada um. Além disso, seria um fator de promoção de interoperabilidade entre os exércitos do Cone Sul, por explorar a resolução de problemas comuns.

Por associação direta, o tema “blindados” remete à indústria e à capacidade de pesquisa científico-tecnológica. Conseqüentemente, o adensamento das relações no campo estudado leva a uma maior clareza no entendimento dos desafios comuns das nações do Cone Sul. Desafios estes que se constituem em fatores dinamizadores da base industrial de defesa, o que poderia trazer benefícios ao Brasil, tanto pelo passado como produtor de veículos blindados, como pela possibilidade de desenvolvimento tecnológico.

Por fim, o estudo permitiu avançar o entendimento do fenômeno, subsidiando a formulação de políticas coerentes para o setor. Entende-se que a sinergia entre todos os fatores acima elencados impulsionaria o prestígio e a capacidade de influência do Brasil na área, além de oferecer contribuição para os estudos da Escola Superior de Guerra (ESG) no campo da Defesa. Dando continuidade ao presente estudo, segue-se a moldura teórica que embasa as discussões relativas ao tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Afinal, para que servem as ideias e as teorias? A indagação é intrigante e merece algumas palavras a respeito.

No prefácio da edição do ano de 1958 em língua inglesa da obra *A Lógica da Pesquisa Científica*, Karl Popper, refletindo sobre ciência e filosofia, destaca que o essencial do conhecimento é a compreensão do mundo. Nesse exercício de reflexão, o filósofo austríaco mostrou-se preocupado em como lidar com o problema do aumento do conhecimento (POPPER, 2014, p. 15). Para ele, a resposta estaria no método hipotético-dedutivo, ferramenta cognitiva capaz de prospectar novas ideias e levar à formulação teórica. Para Popper (2014, p. 59, tradução nossa), “teorias são redes lançadas para capturar o que chamamos de mundo: racionalizá-lo, explicá-lo e dominá-lo. Nós nos esforçamos para tornar a malha cada vez mais fina¹”. Logo, teorias auxiliam no entendimento dos fenômenos, embora, como diria Thomas Kuhn (2012, p. 18, tradução nossa) “para ser aceita como paradigma, uma teoria deve parecer melhor que suas concorrentes, mas, não necessariamente, e de fato nunca conseguirá explicar todos os fatos contra os quais ela será confrontada²”.

Assim, no contexto deste trabalho, procura-se “afinar a rede” com a qual tenta-se “capturar o mundo” por intermédio de um arsenal teórico com base na teoria das Relações Internacionais (RI) e no pensamento Geopolítico brasileiro. Nesse viés, busca-se nas próximas páginas abordar a temática da cooperação técnica-militar à luz da formulação teórica de RI. Em um segundo momento, examinar-se-á a relação do Brasil com seus vizinhos do Cone Sul, buscando uma correlação entre a História e a Geopolítica, da forma como os autores nacionais a interpretaram para o caso em questão. Por fim, pretende-se mostrar o reflexo de todo esse corpo teórico nos diplomas legais que tratam do tema.

2.1 O dilema da cooperação

Por que os povos vão à guerra? Para Tucídides, os motivos repousam no interesse, na honra e no medo, sentimentos cujas raízes estão imbricadas à própria

¹ “theories are nets cast to catch what we call the world: to rationalize, to explain, and to master it. We endeavour to make the mesh ever finer and finer”. POPPER, Karl. *The Logic of Scientific Discovery*. New York: Basic Books, Inc., 2014.

² “to be accepted as a paradigm, a theory must seem better than its competitors, but it need not, and in fact never does, explain all the facts with which it can be confronted”. KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. 4 ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

natureza humana, impelindo as nações ao desejo de dominação, cujo resultado é o estado anárquico hobbesiano de “luta de todos contra todos”. Morgenthau (1948) dizia que o poder é sedutor e somente pode ser limitado por outro poder, sendo o autor um dos principais sistematizadores dessa corrente de pensamento. Assim emergiu o realismo, paradigma que tem sido predominante no estudo das relações internacionais, no qual os estados são os atores centrais da cena internacional. Para os realistas, a segurança de um é obtida às expensas dos demais (MESSARI; NOGUEIRA, 2005). Partindo das premissas do egoísmo da natureza humana, anarquia e equilíbrio de poder, a competição seria a atitude mais recomendada e a mais natural na luta pela sobrevivência na arena internacional.

John Locke, por sua vez, via a natureza humana de forma distinta. Para ele, o primeiro impulso dos homens seria o da boa vontade e cooperação. Contudo, tal “estado de natureza” poderia degenerar para um “estado de guerra”, onde imperaria a competição e a violência. Para se contrapor a tal degeneração, Locke apontava para a constituição de uma “sociedade política”, cuja base estaria assentada na liberdade do indivíduo e em um conjunto de regras com vistas a limitar o poder e manter o estado original cooperativo. Extrapolando esse pensamento para o plano internacional, a justiça e a cooperação seriam o normal nas relações entre os países, sendo que o poder destes limitar-se-ia por meio do direito internacional. Daí surge a tradição liberal nas relações internacionais.

Kant, Grotius e Vattel foram nomes que desenvolveram essa corrente de pensamento. Enquanto o primeiro divisava uma “paz perpétua”, a ser obtida pela formação de uma “federação pacífica” de caráter supranacional; estes apartaram-se da concepção cosmopolita, embora fossem favoráveis à cooperação entre os estados, reconhecendo tanto o direito à guerra justa, quanto o equilíbrio de poder como mecanismos legítimos para a manutenção da estabilidade (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

Thomas Kuhn (2012), ao refletir acerca da ciência e da produção do conhecimento, elaborou a ideia de paradigma, isto é, a forma própria com que cada disciplina científica aborda seu objeto de estudo, partindo de pressupostos metodológicos, vocabulário e experimentos específicos. O estudioso colocava em dúvida a leitura linear da história, destacando o papel das crises na estrutura das revoluções científicas. Comparando a produção do conhecimento científico a uma linha de montagem fabril, de difícil reconfiguração, afirmava Kuhn (2012) ser na

turbulência provocada pela crise a oportunidade para a mudança do instrumental de produção. Dito de outra forma, a crise demandaria o abandono de velhos paradigmas em busca de novos, que ofereceriam melhores condições de entendimento da realidade estudada.

E a crise veio. Pode-se apontar a primeira metade da década de 1970, em meio à descolonização e ao choque dos preços do petróleo, como momento marcante que desnudou uma nova realidade. Desde a era de ouro do realismo, compreendida pelo período entre as duas guerras mundiais e os anos iniciais da Guerra Fria, o mundo experimentara significativas transformações, sobretudo no tocante à tecnologia, que ensejou a ampliação das comunicações e o encurtamento das distâncias. Nesse quadro, Robert Keohane e Joseph Nye (1977) cunharam o conceito de interdependência complexa. Ambos os cientistas colocaram em xeque as premissas realistas de primazia dos estados como atores da cena internacional; uso do poder militar para solução de conflitos; e o predomínio das questões de segurança em uma suposta hierarquia de assuntos adotada pelos realistas (KEOHANE; NYE, 1977). A crise do petróleo, portanto, trouxera a necessidade de mudança da forma de olhar as questões internacionais, dando azo a novas concepções.

Na tradição realista, Robert Jervis (apud NOGUEIRA, 2005), estudando o dilema da segurança estatal, aplicou-lhe a teoria dos jogos, concluindo pelo equívoco da visão que afirmava que um determinado estado, para se tornar mais seguro, teria que diminuir a segurança de outro. Haveria outra forma de abordagem, mais produtiva, por meio da cooperação. Logo, embora não fosse fácil, a via cooperativa entre dois ou mais estados poderia trazer-lhes ganhos mais substantivos, além de maior proteção contra os demais.

Na tradição liberal, emergiu a corrente institucionalista. Esta partia da visão compartilhada com a corrente funcionalista, cujo expoente Karl Deutsch (1968), já destacava a multiplicidade de atores na política internacional, bem como a cooperação como mecanismo limitador de poder, inibindo conflitos armados. Para os funcionalistas, a paz seria atingida por um somatório de organizações internacionais técnicas em áreas específicas, que, pelo efeito do transbordamento, beneficiaria todo o sistema internacional. Entretanto, os institucionalistas, com base no conceito de interdependência complexa, admitiam alguns pressupostos realistas como a distribuição de poder e a natureza conflitiva do sistema internacional. Assim, diferentemente dos funcionalistas, os últimos não acreditavam na possibilidade de

separação nítida entre técnica e política. Em tese, o institucionalismo constituiu-se em tentativa de conciliação entre as perspectivas realista e liberal (MESSARI; NOGUEIRA, 2005).

Nesse novo contexto, a cooperação técnica na área militar foi alçada a um patamar mais relevante no debate geopolítico e de relações entre os estados, sobretudo após o esfacelamento da União Soviética e a multipolaridade que se seguiu.

Seitenfus (2004, p. 103) afirma serem "as forças armadas e a política externa os dois elementos centrais da soberania", propondo meios militares como instrumental da política externa. Uma proposição sintética está expressa no quadro abaixo.

Quadro 1 – Instrumental da política externa³

Instrumentos	Cooperação	Confrontação
Militares	Designação de adidos, fornecimentos de armas, participação em missões de paz, sistema de alianças.	Manobras militares, intervenção, bloqueio, auxílio a ações terroristas.

Fonte: PFETSCH, 2000 *in*: SEITENFUS, 2004, p. 219.

Aprofundando a linha de pensamento de viés colaborativo no campo do poder militar, Nye (2004) diverge do pensamento realista ao constatar que a guerra não teria mais o papel central de último árbitro do sistema internacional. Prosseguindo em sua formulação teórica acerca do tema, o autor observa: “quando se pensa em termos de poder militar, a maior parte das pessoas têm a tendência de imaginar poder duro. (...) Napoleão disse que deus estava do lado dos grandes batalhões (NYE, 2011, p. 25)”. Entretanto, os meios militares podem ser utilizados de 4 maneiras básicas: (1) destruir o inimigo; (2) respaldar ameaças em um quadro diplomático coercitivo; (3) oferecer proteção, incluindo missões de paz e (4) prover muitas formas de assistência (NYE, 2011, p. 42). Ou seja, a utilização do poder militar de forma não coercitiva pode ser uma boa fonte de poder brando, agindo para gerar atração e influência através da persuasão (NYE, 2011).

Dessa forma, na cena internacional da atualidade, multipolar, ambígua e complexa, percebe-se a importância do uso da expressão militar do poder em ações sinérgicas com as demais. Transcendendo a abordagem clássica de defesa da

³ Quadro transcrito com modificações de PFETSCH, F. *La politique internationale*. Bruxelas, Bruylant, 2000, p.219-220.

soberania e da territorialidade aos moldes vestfalianos, os meios e *expertises* militares podem ser empregados para a promoção da estabilidade, prevenção de conflitos, desenvolvimento econômico e científico, além de contribuir para a cooperação técnica internacional (SANTOS, 2014).

Feita a exposição das principais formulações teóricas no campo das RI afetas ao tema em discussão, seguem-se algumas palavras a respeito do pensamento geopolítico brasileiro sobre o Cone Sul.

2.2 Pensamento brasileiro sobre o Cone Sul

Cervo (2008) atenta para a necessidade de formulação de conceitos próprios, quando se trata da inserção internacional. Segundo o autor:

“Toda teoria carrega valores e interesses, sempre derivados de seu núcleo formulador. Países ou grupo de países que não desenvolvem suas teorias de relações internacionais estão inclinados a incorporar valores alheios à sua cultura e a sobrepor a seus próprios os interesses de terceiros” (CERVO, 2008, p. 215).

Conforme apontado no início do capítulo, Karl Popper (2014), preocupado com o crescimento exponencial do conhecimento, mostrava-se crítico à especialização extrema, que levaria à fragmentação do saber. Acompanhando o raciocínio do filósofo austríaco, seria necessária uma visão unificadora e metódica que pudesse melhor captar e interpretar as complexidades das relações internacionais, de forma a melhor entendê-las.

Precisamente desta forma que Freitas (2004) via o pensamento geopolítico brasileiro. Segundo o cientista português, os pensadores da Escola Geopolítica Brasileira conseguiram adaptar teorias formuladas alhures às realidades nacionais, conferindo um princípio ordenador unificado e sistemático à disciplina. Para Philip L. Kelly (1988 apud FREITAS, 2004) a visão ampla e consistente dos geopolíticos nacionais possibilitou a conversão de suas ideias em políticas governamentais, tanto internas, quanto aplicadas às relações exteriores.

Conforme Miyamoto (1995 apud FREITAS, 2004) a evolução do pensamento geopolítico brasileiro compreende cinco fases temporais:

- 1) estudos pioneiros das décadas de 1920 e 1930;
- 2) segundo período coincide com a Segunda Guerra Mundial;
- 3) terceira etapa associada ao surgimento da ESG (1949);
- 4) a quarta fase tem início com o Regime Militar de 1964; e

5) o quinto período corresponde às décadas a partir de 1990.

Destacam-se, entre os precursores da disciplina no Brasil, Everardo Backheuser, Elyseo e Delgado de Carvalho, Francisco de Paula Cidade, Cassiano Ricardo e Mário Travassos. Para Freitas (2004), estes tiveram o mérito de sistematizar o campo de estudos, aproximando-o mais da política, bem como estabelecer valores axiológicos, tais como: a valorização do espaço geográfico brasileiro, a tese da nação territorialmente satisfeita⁴ e a crença nos destinos de grandeza do país.

Dentre as principais influências externas, tem-se a Escola Alemã⁵, que relacionava o poder político a fatores geográficos como o clima, forma, extensão e posição do território, seguindo uma linha de caráter determinista. Em contraposição, a Escola Francesa⁶ acreditava no valor do componente humano no aproveitamento político da geografia, abrindo espaço para um pensamento de matiz possibilista.

A influência germânica se fez notar em Elyseo de Carvalho e, sobretudo, em Backheuser, com ambos adotando uma linha de raciocínio que privilegiava climas temperados como determinantes do sucesso do empreendimento civilizacional e que tal pensamento, aplicado ao caso brasileiro, significava a superioridade das populações meridionais sobre as setentrionais. Destarte, a solução para o problema estaria na miscigenação com tipos europeus e na educação geral da população (FREITAS, 2004).

Por outro lado, Delgado de Carvalho, Cassiano Ricardo, Paula Cidade e Mário Travassos mostraram maior afinidade com os conceitos possibilistas. A partir do processo colonial de expansão e ocupação do território, o denominador comum do pensamento destes autores era o reconhecimento da necessidade de efetiva ocupação territorial, consubstanciada na obra *Marcha para o Oeste* de Cassiano Ricardo, publicada em 1940.

Contudo, foi Mario Travassos, com a obra *Projeção Continental do Brasil* (1933), o autor de maior influência nas demais fases da Escola Geopolítica Brasileira.

⁴ A tese da nação territorialmente satisfeita deita raízes no fato de o Brasil ter encerrado sua expansão territorial no período colonial, quando predominavam as rivalidades luso-espanholas. Com a consolidação territorial advinda na fase do Império e a jurídica na República Velha, o Brasil havia renunciado a qualquer pretensão de expansão territorial futura. Para maiores detalhes, consultar: MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*, v. III. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, pp. 13-16.

⁵ Os autores desta Escola que mais influenciaram os geopolíticos brasileiros foram Ratzel (alemão) e Kjellén (sueco). Baseavam suas teorias no paradigma de que o Estado seria um organismo vivo, da autoria do último. MATTOS, *op. cit.*, pp. 26-38.

⁶ Meira Mattos cita como integrantes da Escola Francesa: Vidal de La Blache, Brunhes e Vallaux. *Op. cit.*, p. 35.

A tese central de sua obra era uma proposta de integrar as diversas regiões do Brasil entre si e aos países sul-americanos limítrofes, com vistas ao adensamento do poder nacional. Como afirmou Meira Mattos (2011), Mario Travassos pensou o Brasil como potência regional. De fato, e em relação ao Cone Sul, este preocupou-se em anular a vantagem estratégica argentina com relação à posição daquele país na foz do Rio da Prata, bem como conectar o Brasil ao Chile e Peru, atingindo o Pacífico (TRAVASSOS, 1935).

O segundo período caracterizou-se pelo aprofundamento das formulações teóricas, utilizadas para avanço do encaminhamento de propostas de resolução dos problemas nacionais, destacando-se Teixeira de Freitas e Lysias Rodrigues (MIYAMOTO apud FREITAS, 2004). Ou seja, infere-se que o período propiciou o amadurecimento e consolidação do paradigma da disciplina e ocupação definitiva de espaço na cena intelectual brasileira.

O terceiro período testemunhou o clima bipolar da Guerra Fria, além do surgimento da ESG. Aurélio de Lyra Tavares, Octávio Tosta e Golbery do Couto e Silva foram seus expoentes. Pela importância e capacidade de influência de suas ideias e teorias, convém que se aprofunde o pensamento do último.

Munido das lentes que lhe foram proporcionadas pela participação como oficial de informações na Força Expedicionária Brasileira (FEB), Golbery soube amalgamar o legado dos precursores do pensamento geopolítico nacional com a complexidade crescente das relações internacionais, imprimindo uma visão unificadora e metódica a seus estudos. Assim, como propôs Freitas (2004), com Golbery a geopolítica passou a subsidiar a fixação dos objetivos nacionais permanentes e o consequente planejamento estratégico de longo prazo. Transcendia, conseqüentemente, a área acadêmica, transbordando para a ação política. Inegável foi a influência de seu pensamento na doutrina e na prática da ESG.

Assim, conforme Freitas (2004), para Golbery, os elementos dominantes da geopolítica brasileira seriam: (1) interligação das áreas (“ilhas”) dinâmicas de adensamento populacional (ecúmenos) do território brasileiro; (2) participação na defesa da civilização ocidental; (3) projeção pacífica no exterior, baseada na cooperação continental com os países subdesenvolvidos do continente americano e

da costa atlântica africana; e (4) possíveis ameaças⁷ contra o Brasil e ao subcontinente sul-americano partindo da subversão interna provocada pelos partidários da ideologia Marxista e uma possível agressão partindo de países africanos na costa atlântica da África.

Com relação ao Cone Sul, Golbery via Paraguai e Bolívia como integrantes da área geopolítica central de soldadura, ligada ao território nacional pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Já a Argentina, Chile e Uruguai, juntamente com os estados da região sul do Brasil, conformariam a área geopolítica continental platino-patagônica. Para o geopolítico, no pós-guerra, os atritos estariam superados, sendo do interesse brasileiro a formação de uma comunidade de nações voltada para o combate contra o subdesenvolvimento e a fraqueza econômica (FREITAS, 2004).

Dito isso, conclui-se que, à luz do pensamento de Golbery, a ação política deveria estar voltada para o dualismo segurança e desenvolvimento. No plano interno, a aplicação da geopolítica demandaria integração e aproveitamento do território. No campo externo, a aplicação de políticas de fulcro colaborativo com vistas a neutralizar a ameaça colocada pela infiltração das ideias marxistas de guerra revolucionária e que promovessem o desenvolvimento regional, permitindo a afirmação do Brasil no subsistema sul-americano e assunção de papel privilegiado no diálogo com os Estados Unidos.

A quarta fase tem início com o Regime Militar pós-1964. Para Frank Mc Cann (2007, p. 437):

“A turma de 1933 [da Escola Militar do Realengo] continha 220 cadetes. ‘Crânios’ da turma de 1930-33 como Golbery do Couto e Silva [...] seriam os capitães do Estado Novo, os majores e tenentes-coronéis da segunda era Vargas [...], os coronéis do golpe de 1964 e os generais do Exército pós-1964.”

Dessa forma, Golbery, agora oficial-general, e próximo dos círculos de decisão política, teve papel relevante no período, cuja política em muito se baseou em suas ideias de segurança e desenvolvimento.

Despontam nesta fase autores como Carlos de Meira Mattos, considerado por Kelly (apud FREITAS, 2004, p. 64) “como a autoridade máxima em Geopolítica na

⁷ A dedução das ameaças está baseada na teoria dos hemiciclos, elaborada por Golbery. A respeito, consultar FREITAS, Jorge Manuel da Costa. A Escola Geopolítica Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004, pp. 50-52.

América do Sul”, e Therezinha de Castro, cujas ideias mantiveram influência também na redemocratização.

O pensamento de Meira Mattos segue a linha de Golbery e os fundamentos axiológicos lançados pelos precursores, com destaque para Mário Travassos; com a diferença que, se este pensou o país como potência de ordem regional, o primeiro destacou-se por refletir sobre um Brasil potência mundial. Em comum a todos estava a participação na Segunda Guerra Mundial na FEB, o que, em certa medida, estabeleceu um fio condutor que trouxe como princípios organizadores de seus respectivos estudos geopolíticos: o sentimento de pertencimento à civilização cristã ocidental e defesa hemisférica; busca de relação mais próxima aos EUA; cooperação sul-americana; e necessidade de obtenção de independência industrial, científico-tecnológica como premissa para atingir o desenvolvimento e, conseqüentemente, a segurança.

Outra influência marcante no pensamento de Meira Mattos foi a teoria do desafio e resposta do historiador britânico Arnold Toynbee. Tomando-a por base, o brasileiro elaborou o conceito da “civilização dos trópicos”, onde o “homem brasileiro”, superando as adversidades impostas pelos aspectos geográficos, moldaria o ambiente de forma a erigir uma potência tropical (MATTOS, 2011c).

Relativo ao espaço sul-americano, Meira Mattos reconhece a “existência historicamente indelével de um cerco hispânico na América do Sul ao qual nenhuma estratégia nacional brasileira poderá ser indiferente” (FREITAS, 2004, p. 83). Destarte, questionando possíveis linhas mestras da política exterior para o Brasil, o geopolítico concluiu que a resposta estaria na observância de três fundamentos: raízes históricas da formação da nacionalidade, aspirações autênticas do povo e geografia. O primeiro fator remeteria ao alinhamento com o Ocidente, ao passo que os demais sugeririam o fortalecimento do pan-americanismo, entendido pelo militar da forma como era visto por Alexandre de Gusmão ao propor, durante a confecção do tratado de Madri de 1750, que os destinos dos povos americanos não mais fossem determinados pelas metrópoles. Ainda que houvesse guerra na Europa, a paz deveria ser mantida na América (MATTOS, 2011a). Uma visão autonomista, portanto. Com respeito à geografia, não haveria como superá-la: nações vizinhas estariam fadadas a conviver. Assim, a recomendação seria a cooperação com foco em núcleos urbanos situados na linha de fronteira. Sob a inspiração de suas ideias foi assinado o Pacto de Cooperação Amazônico de 1978 (MATTOS, 2011b).

Meira Mattos (2011b, p. 294) trouxe a reflexão de que a “ausência de antagonismos que viessem a gerar uma pressão dominante que levasse ao emprego da força justificaria uma estratégia defensiva preventiva, dinâmica e proativa”. Assim, prosseguia o autor, a “melhor maneira de defender os interesses nacionais seria integrá-los em uma comunidade de interesses de países” (MATTOS, 2011b, p. 301). Assim, a superação de rivalidade histórica com a Argentina através dos acordos de aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata (hidrelétricas de Itaipu, Corpus e Iaciretá) fez prevalecer uma atitude cooperativa (Mattos, 2011b). Pelo efeito do transbordamento, tal atitude poderia se estender a outras áreas, como a cooperação militar em blindados. Entretanto, Meira Mattos rechaça a ideia de Cone Sul, pois, segundo ele, se estendêssemos a área geográfica ao Chile e à Patagônia, estaríamos incorporando tensões de fronteiras existentes entre estes dois países (Mattos, 2011b, p. 305).

Therezinha de Castro soube interpretar o cabedal teórico anterior e, ao confrontá-lo com as realidades mundiais de sua época, aprofundou os estudos sobre o Cone Sul, prestando significativa e original contribuição ao pensamento geopolítico brasileiro ao propor: (1) uma geoestratégia para a Antártica; e (2) maior aproximação com os países limítrofes da sub-região, lançando, dessa forma, as bases para o estabelecimento do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (FREITAS, 2004).

Em favor de suas teses, a autora trouxe à tona dois argumentos. O primeiro era a superação das rivalidades históricas com a Argentina, materializada na assinatura do Tratado da Bacia do Prata, em abril de 1969, inaugurando a “geopolítica da integração, em substituição à geopolítica da confrontação” (CASTRO, 1994, p. 333). O segundo era o da não frequência de conflitos armados no Cone Sul, o que levaria os Estados Unidos a encararem a área como flanco secundário na defesa continental (CASTRO, 1994). Estaria assegurada, dessa forma, a liberdade de ação brasileira para iniciativas de cooperação, inclusive as de cunho militar.

Sucedeu-se o quinto período, a partir dos anos 1990, marcados pela redemocratização do Brasil, pela queda da União Soviética e o fenômeno da globalização. Tais mudanças trouxeram a “crise da geopolítica clássica” (VESENTINI, 2011, p. 25), propondo novos enfoques aos temas geopolíticos tradicionais. Assimilando a influência de pensadores como Luttwak, Lester Thurow, Samuel Huntington, Nye, Kissinger e Brzezinski; Vesentini (2011) leva os novos enfoques para as áreas econômica e cultural, num quadro de redução do poder soberano dos

Estados nacionais. Para o autor, a fase que iniciara, longe de ser pacífica, traz o pensamento de Kissinger e Brzezinski que “compartilham uma recusa ao idealismo [...] e uma identificação com o realismo” (VESENTINI, 2011, p. 95).

Novos pensadores ganharam proeminência na cena intelectual brasileira. Para efeito do presente tema de investigação, é digno de nota os estudos de Moniz Bandeira, Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno e Sérgio Aguilar.

Um traço comum entre as reflexões dos estudiosos acima se encontra na constatação de que Argentina e Brasil haviam superado o dilema da segurança e teriam pela frente um promissor futuro de cooperação em áreas diversas, inclusive a militar, em um paradigma cooperativo sul-sul. Ainda, pela influência de ambos os países, tal horizonte colaborativo poderia se abrir aos demais países do Cone Sul (AGUILAR *et al*, 2010).

Entretanto, havia nuances na linha de raciocínio dos autores. Moniz Bandeira (2008, pp. 211-212) lança o conceito de relações em eixo, isto é:

“que se assentam sobre a tradição de uma relação especial bilateral, não do tipo parceria estratégica entre dominante e dominado, de estruturas assimétricas, como a que se verifica entre Brasil e EUA, mas sobre uma relação especial entre parceiros simétricos”.

Bueno & Cervo (2002, p. 484) comungam da mesma visão, afirmando que havia emergido uma “zona de paz no Cone Sul, com impacto positivo sobre a América do Sul”. Analisando a conjuntura sob o enfoque do paradigma do estado logístico⁸, Cervo (2008) propunha a construção de uma política para a região que aproximasse tanto a tendência multilateralista dos diplomatas, quanto a tendência realista dos militares, atraindo também acadêmicos, industriais e cientistas na produção de meios de dissuasão de defesa. Dessa forma, garantir-se-ia legitimidade e amplitude à ação governamental. Prosseguindo o raciocínio, o autor propõe a criação de um polo de poder autônomo via integração sul-americana, unindo Buenos Aires, Brasília e Caracas (CERVO, 2008).

Aguilar (2010, p. 32) resgatou o contexto das relações militares do Cone Sul à luz do confronto leste-oeste da Guerra Fria:

“Nesse quadro de sucessivos governos militares (Brasil), alternância de governos militares e civis tutelados pelos militares (Argentina e Uruguai),

⁸ Segundo o paradigma logístico, a política exterior volta-se à realização de interesses nacionais diversificados, sendo o papel do Estado o de estabelecer condições para que outros atores nacionais possam agir. Para maior profundidade, ver CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional do Brasil: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008, pp. 82-90.

longas ditaduras militares personificadas (Chile e Paraguai) e frequentes golpes e contragolpes (Bolívia) é que se deram as aproximações e afastamentos, incluindo possibilidades do uso das Forças Armadas para resolução de disputas, e as relações militares no Cone Sul."

Destacando o papel dos Estados Unidos e da Junta Interamericana de Defesa (JID), prossegue o autor:

~As chamadas hipóteses de guerra que permearam os planejamentos militares do período [1951-1989], sem exceção no Cone Sul, tiveram como prioridade: a) um conflito regional contra algum vizinho, com a variante de ter que enfrentar uma coligação de países sul-americanos; b) a guerra revolucionária, de cunho interno contra movimentos de esquerda; e c) uma guerra extracontinental participando como força aliada aos Estados Unidos e demais potências ocidentais contra as forças do bloco comunista lideradas pela União Soviética~ (AGUILAR, 2010, p. 82).

Para o pesquisador, a colaboração entre as forças armadas dos países do Cone Sul no combate à subversão marxista foi o motor principal da aproximação e superação de rivalidades. Ademais, o cerceamento tecnológico imposto sobretudo pelos Estados Unidos nas áreas espacial e nuclear, além da incapacidade dos países da região em garantir recursos adequados para levar a cabo suas políticas de defesa, não deixaram outra alternativa que não a cooperação (AGUILAR, 2010).

Avançando sua linha argumentativa, Aguilar (2010) reflete que, com a queda do Muro de Berlim, Washington passou a requerer uma mudança no foco das relações de segurança entre as nações do Cone Sul. Se por um lado incentivava arranjos cooperativos mais consistentes, por outro pressionava para que estes se voltassem para as áreas de crimes transnacionais relacionados ao tráfico de armas, drogas e ao combate ao terrorismo. A área de blindados, portanto, não figurava entre estas prioridades.

Da análise dos pensadores nacionais que refletiram sobre o comportamento brasileiro frente aos países do Cone Sul, percebe-se um consenso de que o relacionamento deveria ser pacífico e colaborativo, em menor ou maior grau. Para a Escola Geopolítica Brasileira, que enxergava o mundo com as lentes da Guerra Fria e os contornos proporcionados pela teoria realista das RI, a cooperação estaria imersa no caldo dicotômico da amizade-desconfiança, cooperação-equilíbrio de poder, baseada nas premissas de defesa hemisférica contra poderes alheios ao continente americano (defesa da civilização ocidental), com destaque para o plano interno e o Atlântico Sul. Portanto, colaborando com os Estados Unidos. Por outro lado, o quinto período, marcado pelo fim da União Soviética, e imbuído de um espírito mais próximo da teoria institucionalista das RI, entendia a cooperação de forma distinta. A diferença

estrutural estava na tentativa de, por intermédio de instituições e arranjos colaborativos, criar um polo de poder independente de Washington, visando garantir uma inserção mais autônoma e assertiva no sistema internacional, aos moldes da cooperação sul-sul.

Grosso modo, os diplomas legais brasileiros refletem não só o pensamento geopolítico acima descrito, como a predisposição à cooperação à luz da teoria institucionalista. A Carta Magna nacional, em seu artigo 4º estabelece os princípios de atuação no sistema internacional, destacando-se o inciso IX que trata da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Além disso, aponta a América Latina como prioridade. No mesmo tom, tanto a Política quanto a Estratégia Nacional de Defesa (PND, END) e o Livro Branco privilegiam a concertação, instituições e normas internacionais, alçando a convivência harmônica no plano internacional à condição de valor inerente à sociedade brasileira e, ainda, afirmando a renúncia nacional à hegemonia. Percebe-se aí uma vocação à cooperação. Nessa linha de raciocínio, o país tende a privilegiar a dimensão mais branda na projeção de seu poder e interesses. Como sugere Nye (2011) na figura dos três tabuleiros de xadrez simultâneos, a tendência brasileira seria a de conferir mais importância aos assuntos econômicos e menor àqueles afetos ao emprego da força. Logo, ao aplicar a dimensão militar de seu poder, o Estado brasileiro o faria para cooperar com seus pares, visando o aperfeiçoamento das instituições de outros estados, aplicando-o para gerar poder brando. A América do Sul floresce como área de atuação principal (BRASIL, 2016a, 2016b, 2016c).

Em alinhamento aos marcos legais mencionados, a diretriz do Exército brasileiro (EB) para atuação internacional entende a diplomacia militar como ferramenta para atingir os objetivos traçados pela PND, além de elencar a América do Sul como região principal para integração (BRASIL, 2016d, p. 17) e a área de blindados como primeira prioridade para parceria estratégica (BRASIL, 2016d, p. 18).

Após a presente discussão teórica, cujo objetivo foi o de encontrar as origens das ideias ora tratadas, segue-se o tema da cooperação técnica, especificamente na defesa, correlacionando-o com a diplomacia militar.

2.3 Cooperação técnica e diplomacia militar

Dentro da estrutura do Estado brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi criada em 1987 com a função

de negociar, aprovar, planejar, coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, sob os formatos bilateral, trilateral ou multilateral. Atualmente, conta com a realização de mais de 7 mil projetos em 108 países da América Latina, Ásia, África, Europa e Oceania com participação de mais de 124 instituições brasileiras reconhecidas por sua excelência. Os principais projetos cooperativos desenvolvidos estão nas áreas de administração pública, agricultura familiar, temas urbanos, ciência e tecnologia, cultura, defesa, desenvolvimento social, educação e alimentação escolar, indústria e comércio, justiça, meio ambiente, energia, pecuária, pesca, planejamento, saúde, segurança pública, trabalho e emprego (BRASIL, 2020).

Conceitualmente, a cooperação técnica pressupõe um vínculo de interesses comuns, bem como uma relação de troca de conhecimentos, processos e boas práticas, a despeito das assimetrias verificadas nas relações. Não é, portanto, apenas voltada para doações, abrindo caminho para ganhos de todas as partes (BRASIL, 2020). Coerente com este conceito, o Estado brasileiro considera a cooperação técnica como um dos eixos prioritários de sua política externa. Prioritariamente voltada para países em desenvolvimento, visa forjar parcerias de longo prazo, semeando capacidades para o desenvolvimento autônomo. Além disso, não tem caráter voluntarista, isto é, depende da manifestação expressa de interesse dos parceiros. Ademais, sobretudo no caso da cooperação sul-sul, o Brasil adota o princípio da horizontalidade na cooperação, cujo cerne é a parceria com benefício mútuo, extrapolando a simples ajuda (BRASIL, 2020).

A ABC registra as seguintes modalidades de cooperação técnica⁹: (1) bilateral: envolve países em desenvolvimento; (2) trilateral: envolve um país em desenvolvimento e um país desenvolvido ou organismo internacional, em benefício de outro país em desenvolvimento; (3) multilateral: envolve o Brasil, organizações internacionais e terceiros países; (4) grupos de países: cooperação com organizações ou arranjos sub-regionais, integrados por países em desenvolvimento e dos quais o Brasil faz parte como o MERCOSUL e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e (5) descentralizada: envolve entes subnacionais de países em desenvolvimento.

⁹ <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/ModalidadesCooperacaoTecnica>. Acesso em: 29 mai. 2020.

De acordo com a página oficial da ABC (BRASIL, 2020), o país possui acordos vigentes de cooperação técnica com todos os países do Cone Sul, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Acordos vigentes de cooperação técnica entre países em desenvolvimento do Cone Sul

Ano	País	Descrição
1975	Uruguai	Acordo básico de cooperação científica e tecnológica
1987	Paraguai	Acordo básico de cooperação técnica
1990	Chile	Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica
1996	Argentina	Acordo de cooperação técnica
1996	Bolívia	Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica

Fonte: BRASIL, 2020, <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/AcordosVigentes/CGPD>. Acesso em: 29 mai. 2020.

Especificamente na área de defesa, há apenas um em execução. Trata-se do acordo BRA/13/008-A218¹⁰ programa de capacitação para militares 2018/2019, cujo objetivo é o de transmitir aos militares de nações amigas conhecimentos específicos da experiência militar brasileira, com vistas a fortalecer as relações bilaterais com os países da América Latina e África (BRASIL, 2020). O programa é classificado quanto ao tipo como cooperação sul-sul, tendo iniciado em 13/11/2018.

No horizonte temporal que vai de 17/03/2008 a 15/03/2017, houve um total de 219 acordos de cooperação técnica em defesa envolvendo países do Cone Sul. Destes, apenas 4 (quatro) eram afetos à área de blindados, como se vê abaixo:

Quadro 3 – Acordos de cooperação técnica na área de blindados concluídos entre países em desenvolvimento no marco da cooperação sul-sul

Acordo	Período	Organização Militar Responsável
BRA/04/043-A084 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Estágio Tático de Blindados - 2º Turno)	05/05/2008 - 05/07/2008	Centro de Instrução de Blindados (CIBId)
BRA/04/043-A215 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Estágio Tático de Blindados - 2009)	29/03/2009 - 30/05/2009	Centro de Instrução de Blindados (CIBId)

(continua)

¹⁰ <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa> . Nos campos apropriados, selecionar: cooperação sul-sul, América do Sul, Defesa, projetos em execução. Acesso em: 29 mai.

(continuação)

Acordo	Período	Organização Militar Responsável
BRA/04/043-A259 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Estágio Tático de Blindados) Obs: apenas para dois oficiais argentinos	18/05/2009 - 12/09/2009	Centro de Instrução de Blindados (CIBId)
BRA/04/043-A319 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Eletricidade de Viaturas. Obs: apenas para Paraguai e Venezuela.	22/07/2009 - 18/12/2009	Escola de Material Bélico (EsMB).

Fonte: BRASIL, 2020, <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>. Nos campos apropriados, selecionar: cooperação sul-sul, América do Sul, Defesa, projetos concluídos. Acesso em: 29 mai. 2020.

Da análise dos dados apresentados na presente seção, conclui-se que o Brasil possui marco institucional e jurídico que abarque a cooperação técnica com os países do Cone Sul, tendo o primeiro sido assinado com o Uruguai há 45 anos, em 1975. Pelos dados até aqui analisados, nota-se a preferência que o Brasil confere ao relacionamento bilateral, mais do que ao endereçado ao grupo de países.

Além disso, a densidade do relacionamento na área de blindados requer atenção. Nos últimos 12 anos, houve 219 acordos firmados, sendo que apenas 4 (quatro) tiveram a temática acima mencionada. Destes, 03 (três) tiveram o CIBId como OM responsável. Acrescentando o detalhe de que, a partir de 2010, com a transformação da EsMB em Escola de Sargentos de Logística¹¹, aquele Centro tornou-se o responsável pelo ensino especializado de manutenção de blindados. Portanto, ele se tornou um ator de capital importância na execução da política de cooperação técnica militar na área de ensino de blindados, que, como constatado, oferece espaço para ampliação.

Tendo em vista a complexidade do campo de estudos das relações internacionais, especificamente o dinamismo da cooperação militar dentro da relação entre os estados, por vezes superando a velocidade de acomodação no arcabouço teórico da disciplina, convém que, para o presente trabalho, os termos de paradiplomacia e diplomacia militar sejam discutidos.

O termo diplomacia remete à implementação de políticas voltadas para o relacionamento externo, geralmente, com outros estados soberanos. Subentende alta dose de centralização do planejamento e das ações decorrentes nos entes centrais, como o Governo Federal no quadro do federalismo. Dentro da dinâmica das relações

¹¹ Portaria do Comandante do Exército nº 126, de 10 de março de 2010.

internacionais, observa-se que “aspectos importantes da política exterior assumem dimensões locais e internas, e ao mesmo tempo aspectos da política interna assumem cada vez mais dimensões internacionais” (DIAS, 2010). Nesse viés, prossegue Dias (2010), não apenas cresce de importância a participação ativa de atores subnacionais locais, como também de atores não-estatais, promovendo ligações que acabam por influenciar a política externa.

No intuito de conferir maior precisão ao fenômeno, cunhou-se a expressão paradiplomacia. Segundo Aguirre (apud DIAS, 2010) o termo surgiu em função do avanço do debate acadêmico no final dos anos 1970, tendo sido os pioneiros em seu uso os acadêmicos Ivo Duchacek (Universidade da Cidade de Nova York) e Panayotis Soldatos (Universidade de Paris e Livre de Bruxelas). Dito de outra forma, a paradiplomacia envolve contatos e iniciativas paralelas à diplomacia estatal, entre governos não centrais e outros atores internacionais, tais como empresas privadas, governos locais, entre outros. Para Soldatos (apud DIAS, 2010), as ações dos entes não centrais se enquadram na categoria paradiplomática quando estes agem de forma complementar, ou seja, dentro dos ditames da política exterior central.

Ainda no contexto de descentralização das ações de política externa, não raro emergem diálogos diretos entre forças militares, através de “ações diplomáticas paralelas” (AGUILAR, 2010). Tambis (apud AGUILAR, 2010) chamou tais iniciativas de diplomacia militar. Para Aguilár (2010) o termo passou a ser mais utilizado na década de 1990, sendo atualmente amplamente empregado pelo Ministério da Defesa do Brasil. Assim, como a dinâmica de execução da cooperação técnica militar demanda ações que por vezes não estão explicitamente expressas no texto dos acordos, mas são subentendidas e necessárias, tais como visitas, contatos informais, reuniões, entre outras, considera-se adequado, no escopo do presente TCC, enquadrar a discussão sob a ótica da diplomacia militar.

Enfim, ao longo do capítulo buscou-se apresentar a moldura teórica pertinente à cooperação técnica militar voltada para os países do Cone Sul, privilegiando uma abordagem que buscasse a origem das ideias e conferisse um sentido de unidade aos ensinamentos colhidos tanto no campo das relações internacionais, quanto da geopolítica. Como próximo passo rumo à resolução do atual problema de pesquisa, segue-se o exame da situação em que se encontram as relações militares colaborativas entre o EB e seus congêneres no Cone Sul.

3 SITUAÇÃO ATUAL DA COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE O EXÉRCITO BRASILEIRO E OS DOS DEMAIS PAÍSES DO CONE SUL

No capítulo anterior verificou-se, além do arsenal teórico que enquadra o assunto, o arcabouço normativo institucional que contempla o tema da cooperação militar no nível do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Deste ponto em diante, o foco será a perspectiva do EB sobre a temática, aplicado ao espaço do Cone Sul.

O Estado-Maior do Exército (EME) é o órgão de direção geral responsável pela formulação de políticas para toda a instituição, sendo a 5ª Subchefia (SCh) a seção voltada para as relações internacionais. Portanto, é com base em relatórios constantes em seus arquivos, que se discorre acerca do tema em pauta.

A América do Sul figura como primeira prioridade para as ações de cooperação, cuja finalidade precípua é desenvolver um ambiente de confiança mútua, que contribua positivamente com a solução das questões de segurança, especialmente na faixa de fronteira. Na visão do EB, a integração entre os exércitos sul-americanos é o estado final desejado. A propósito, entende-se por integração o incremento do relacionamento com as forças armadas das nações amigas, tais como o aumento dos exercícios operacionais, da cooperação técnica e do intercâmbio de militares. Para tanto, preconiza-se a participação em iniciativas multilaterais e bilaterais que permitam a ampliação da rede de relações interpessoais e interinstitucionais com as demais forças terrestres sul-americanas (BRASIL, 2018).

A respeito da busca de parcerias, assim se expressa a 5ª SCh do EME: “a Argentina e o Chile possuem exércitos com alguma semelhança ao EB” (BRASIL, 2018, p. 67), sendo ambos prioridade nos esforços de integração, cujo foco é enunciado da seguinte forma: “Argentina (exercícios combinados e experiências na área de doutrina), Chile (doutrina na área de blindados), Colômbia (ensino na área de desminagem humanitária) e Peru (ensino na área de operações na selva e de desenvolvimento de tecnologia)” (BRASIL, 2018, p. 14).

No tocante à capacitação de pessoal, o EB utiliza o conceito de “arco do conhecimento¹²”, ou seja, são aquelas nações nas quais a instituição julga poder obter capacidades críticas como simulação, emprego de blindados, defesa cibernética,

¹² O arco do conhecimento engloba Estados Unidos da América, Canadá e Europa, onde os objetivos do EB são a capacitação e integração. A América do Sul compõe o arco da integração e cooperação (BRASIL, 2016d, p. 20).

aviação e ajuda humanitária, dentre outras (BRASIL, 2016d). Para tanto, o EME elabora um plano de cursos e estágios em nações amigas (PCENA).¹³

No âmbito da América do Sul, o PCENA é pouco empregado, salvo os cursos de especialização de praças e cursos de altos estudos militares para oficiais. Tal fato é comprovado ao se verificar que a área do arco do conhecimento recebe atualmente cerca de 70% das vagas destinadas a alunos em curso no exterior, com destaque para Estados Unidos da América, Alemanha, Espanha e França (BRASIL, 2018, p. 78). Assim, para o espaço da América do Sul, o EB entende que o plano de visitas a nações amigas (PVANA) seria um instrumento mais efetivo, que, conjugados com outros instrumentos de intercâmbio, proporcionariam melhores condições de atingir seus objetivos de capacitação e integração.

Dito isso, e com base no método de análise de conteúdo preconizado por Laurence Bardin (2011) aplicado à pesquisa documental e entrevistas realizadas, buscou-se categorizar o arsenal de ações empreendidas pelo EB na área de cooperação militar. Em síntese, a tabela abaixo as esboça e conceitua:

Quadro 4 – Ações do Exército Brasileiro na área de cooperação militar

Categorias	Eventos	Descrição
Conferências Multilaterais	Conferência dos Exércitos Americanos (CEA)	Criada em 1960, é integrada e dirigida por exércitos das Américas do Norte, Central e do Sul, que estabelece um foro de debates sobre temas de interesse comum.
	Reunião dos Comandantes do Cone Sul	Encontros anuais com rodízios de países sede onde são tratados assuntos de alto nível e temas gerais de cooperação entre os exércitos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.
Conferências bilaterais	Fóruns bilaterais com participação no nível do MD	Encontros periódicos que tratam de assuntos de interesse específico. Atualmente realizados com a Argentina, Chile, Colômbia, Guiana, Peru e Suriname.
	Comissão Bilateral de Estado-Maior (CBEM)	Reuniões bianuais onde são formulados os entendimentos e recomendações para implementação das partes envolvidas. Constitui-se em uma das principais ações de cooperação militar pelo EB, que as realiza com todos os países da América do Sul, exceto Guiana e Suriname.

(continua)

¹³ O PCENA é preparado pela 1ª Subchefia do EME em coordenação com a 5ª SCh.

(continuação)

Categorias	Eventos	Descrição
Reuniões de Segurança	Reunião Regional de Intercâmbio Militar (RRIM)	Constitui importante instrumento para a manutenção do controle e segurança das fronteiras terrestres brasileiras e para o incremento da confiança mútua com os exércitos dos países limítrofes.
	Reunião de Coordenação Militar (RCM)	Possui a mesma finalidade das RRIM, entretanto, é executada com países com os quais o Brasil não compartilhe fronteiras terrestres (Chile e Equador).
Intercâmbios na área de ensino voltada à educação militar	Intercâmbios de cadetes e alunos das escolas militares de formação de oficiais e praças	Visitas, participação em solenidades ou outras atividades de curta duração, frequência de curso de formação de oficiais e sargentos nas respectivas academias militares ou escolas de formação.
	Intercâmbios de alunos e instrutores no nível de aperfeiçoamento	Participação nos corpos docente e discente das escolas responsáveis pelo estudo da doutrina avançada do emprego das diversas armas, quadros e serviços componentes dos exércitos dos respectivos países.
	Intercâmbios de alunos e instrutores no nível de estado-maior e altos estudos militares	Participação nos corpos docente e discente das escolas responsáveis pelo estudo doutrinário de estado-maior e pelos altos estudos militares.
Visitas de Diplomacia Militar	Visitas de comandantes de exército	Visitas de cortesia que visam reforçar os laços de integração e camaradagem entre os exércitos. Geralmente são realizadas em datas significativas, como a criação do respectivo exército, ou passagens de comando.
	Visita de comandantes militares de área	Visitas de cortesia realizadas pelos generais de 4 estrelas que exercem o cargo de comandante militar de área aos países com os quais seu respectivo comando compartilha fronteira terrestre.
Promoção de Interoperabilidade	Cursos e estágios voltados à área de treinamento específico, bem como intercâmbio de instrutores	Os cursos e estágios em nações amigas visam ao estabelecimento de vínculos interpessoais e interinstitucionais, bem como compreender a doutrina militar da respectiva força terrestre.

(continua)

(continuação)

Categorias	Eventos	Descrição
Promoção de Interoperabilidade	Cursos e estágios voltados à área de treinamento	Os cursos e estágios em nações amigas visam ao estabelecimento de vínculos interpessoais e interinstitucionais, bem como compreender a doutrina militar da respectiva força terrestre.
	Visitas a centros de instrução, de adestramento e OM específicas dos corpos de tropa	Tem por finalidade colher ensinamentos específicos a respeito de assuntos doutrinários e relativos ao sistema de instrução militar dos países visitados.
	Exercícios militares	Promovem a interoperabilidade ao incorporarem, com o mesmo objetivo de cumprimento da missão, frações constituídas ou militares em funções específicas às organizações militares executantes.
	Seminários de doutrina	Buscam atualizar, promover ou desenvolver um entendimento comum a respeito da doutrina militar. Geralmente são realizados por assuntos específicos.
	Estabelecimento de oficiais e ligação	Os oficiais de ligação potencializam o fluxo de informações ao estabelecerem vínculos mais próximos com militares de outros exércitos.
	Canais permanentes de contato	Podem ser estabelecidos através de organizações militares com finalidades semelhantes, tais como centros de instrução, para consulta mútua. Cada vez mais as videoconferências têm sido utilizadas para este fim.
Cooperação logística e científico-tecnológica	Intercâmbio de alunos e professores no Instituto Militar de Engenharia (IME) para graduação e pós-graduação.	Participação nos corpos docente e discente do IME, com objetivos cognitivos e de estabelecimento de vínculos de convivência. Também se explora assuntos ligados à sistemática e estruturação do ensino.
	Intercâmbio de alunos e professores no Instituto Militar de Engenharia (IME) para graduação e pós-graduação.	Participação nos corpos docente e discente do IME, com objetivos cognitivos e de estabelecimento de vínculos de convivência. Também se explora assuntos ligados à sistemática e estruturação do ensino.

(continua)

(continuação)

Categorias	Eventos	Descrição
Cooperação logística e científico-tecnológica	Visitas técnicas na área de ciência e tecnologia (C&T)	Tais visitas buscam levantar dados acerca de assuntos específicos, bem como troca de conhecimentos na área de C&T.
	Doação, recuperação ou modernização de material bélico	Tem a dupla finalidade de prover capacidades e promover o potencial científico-tecnológico de ambas as partes através do compartilhamento de conhecimento e processos.
	Desenvolvimento de Produtos de Defesa (PRODE)	Representa alto grau de cooperação, envolvendo transferência e desenvolvimento de tecnologias.

Fonte: o autor com base nos dados dos arquivos da 5ª Subchefia do EME.

A conceituação acima, cuja principal função é a de estabelecer uma moldura de análise que permita atingir o objetivo de pesquisa delineado para o presente capítulo, qual seja: identificar a situação e iniciativas concernentes à cooperação militar na área de blindados com os países do Cone Sul, bem como verificar as ações que promovam a interoperabilidade. Assim, por questões de objetividade, segue-se a análise das categorias mais significativas para o resultado almejado.

3.1 Comissões bilaterais de estado-maior

As comissões bilaterais de estado-maior (CBEM) figuram como um dos principais arranjos de cooperação militar, possuindo alta prioridade para o EB, conforme enunciado na Daebai (2016). No âmbito dos países do Cone Sul, a força terrestre argentina foi a que inaugurou as CBEM com o Brasil em 1994. Depois vieram Chile e Uruguai, em 1999; e Bolívia e Paraguai, em 2000 (AGUILAR, 2010, p. 295).

Normalmente constituem-se em reuniões bianuais, com rodízio de sede. Nestas, cada um dos países apresenta suas demandas e oferece possibilidades de cooperação, tais como vagas em cursos, participação em operações reais ou de treinamento, entre outras. Fruto das negociações, registram-se nas atas os “entendimentos” e “recomendações”, cuja diferença está no fato de que, nos primeiros, a implementação do item acordado somente depende do respectivo exército; ao passo que as “recomendações” dependem da consulta ao Ministério da Defesa ou outras instituições.

Apesar deste mecanismo ter um caráter vinculante (*top-down*), no caso brasileiro, as demandas e possibilidades de cooperação ofertadas são influenciadas

pelas instâncias abaixo do EME. Assim, o órgão de direção geral (EME) consulta os órgãos setoriais (preparo e emprego, logístico, científico e tecnológico, etc.) a fim de estabelecer os parâmetros de negociação para as CBEM. Logo, observa-se um modelo preponderantemente *top-down*, mas com boa dose de influência *bottom-up* no processo.

Dessa forma, as atas das CBEM do período de 2016-2019 fornecidas pela 5ª Subchefia do EME prestam-se ao mapeamento das principais áreas e tendências na cooperação militar entre os respectivos exércitos. Fruto da análise destes documentos, chega-se ao quadro abaixo.

Quadro 5 - Principais áreas de cooperação militar Brasil países do Cone Sul

Países	Áreas de Cooperação
Argentina – Brasil	(1) Cartografia; (2) defesa cibernética; (3) desminagem humanitária; (4) guerra eletrônica; (5) inteligência de combate; (6) inteligência estratégica; (7) operações aeromóveis; (8) operações aeroterrestres; (9) operações de combate envolvendo meios blindados e mecanizados; (10) operações de paz; (11) operações na selva; (12) prospecção tecnológica; (13) serviço de saúde; e (14) simulação de combate.
Bolívia – Brasil	(1) Aviação militar de asa rotativa; (2) defesa cibernética; (3) engenharia militar; (4) gestão de pessoal; (5) inteligência militar; (6) operações especiais; (7) operações de paz; e (8) treinamento físico militar.
Chile – Brasil	(1) Aquisição de materiais de emprego militar; (2) avaliação de sistemas e materiais de emprego militar; (3) cartografia; (4) ciência e tecnologia; (5) defesa cibernética; (6) desenvolvimento de veículos blindados; (7) desmilitarização de munições inservíveis; (8) engenharia de construção; (9) inteligência de combate; (10) logística de blindados; (11) operações especiais;

(continua)

(continuação)

Países	Áreas de Cooperação
Chile – Brasil	(12) operações humanitárias em apoio a desastres naturais; (13) operações interagências; e (14) vigilância de fronteira.
Paraguai – Brasil	(1) Engenharia de construção; (2) ensino militar; (3) equitação; (4) guerra eletrônica; (5) inteligência de combate; (6) logística de blindados; (7) operações aeroterrestres; (8) operações de apoio à informação; (9) operações de combate envolvendo meios mecanizados; (10) operações especiais; (11) simulação de combate; (12) treinamento físico militar; e (13) vigilância de fronteira.
Uruguai – Brasil	(1) Apoio de fogo; (2) artilharia antiaérea; (3) cartografia; (4) defesa cibernética; (5) defesa química biológica, radiológica e nuclear (DQBRN); (6) engenharia de construção; (7) equitação; (8) logística de blindados; (9) polícia do exército; (10) operações aeroterrestres; (11) operações de paz; (12) simulação de combate; e (13) treinamento físico militar.

Fonte: o autor com base nos dados dos arquivos da 5ª Subchefia do EME.

Observa-se que a densidade das áreas de cooperação entre o Brasil e os países do Cone Sul apresenta-se de forma equilibrada, contando com 14 e 13 tópicos. Exceção feita à Bolívia, que destoa dos demais, contabilizando apenas 8 áreas preferenciais de cooperação.

Assuntos como cartografia, defesa cibernética, engenharia de construção, inteligência de combate, operações aeroterrestres, operações de paz, simulação de combate, vigilância de fronteira e treinamento físico militar são recorrentes e comuns a vários países, apontando tendências cooperativas na região do Cone Sul.

Aqui, cabe o destaque para outra tendência verificada, que é o aprofundamento da cooperação na área de blindados. Tal fato se dá em três ramos principais: (1) promoção da interoperabilidade, através de cursos, estágios, intercâmbio de instrutores, visitas e operações envolvendo meios blindados e

mecanizados; (2) logística; e (3) cooperação científico e tecnológica. Com relação ao último item, destaca-se a Argentina (prospecção tecnológica) ¹⁴e o Chile, que tem se mostrado interessado na avaliação de sistemas e materiais de emprego militar e troca de experiências relativas a veículos militares. ¹⁵

Com base nas atas das CBEM, em conjunto com o relatório especial confeccionado pela 5ª SCH EME e nos planos de viagens, cursos e estágios, do Brasil às nações amigas envolvidas no estudo e vice-versa, a cooperação militar no âmbito do Cone Sul será analisada.

3.2 Promoção de interoperabilidade e intercâmbios na área de ensino voltados à educação

Tanto a realização de cursos no exterior, quanto o recebimento de militares de nações amigas para frequentarem cursos e estágios voltados à área da educação militar, quanto ao treinamento específico contribuem para a promoção da interoperabilidade.

Com o propósito de fornecer visão ampla sobre o assunto, a tabela abaixo mostra um resumo do destino dos militares do EB em treinamento no exterior:

Tabela 1 - Cursos e estágios de militares do EB em nações amigas (PCENA)

Continente	2015	2016	2017	2018	Total
América do Sul	53	68	33	42	196
América do Norte	75	86	89	53	303
América Central	0	5	5	0	10
Europa	178	32	99	118	427
África	3	2	5	3	13
Ásia e Oceania	6	6	8	23	43
Total	315	199	239	239	992

Fonte: BRASIL. EME. 5ª Subchefia. Relatório do estudo Exército Brasileiro 2015-2018 na área de relações internacionais e atividades especiais. Brasília: 27 jul. 2018, p. 84.

Assim, dentro do período considerado, verifica-se quase um equilíbrio entre as Américas (51%) e a Europa (43%) em relação aos destinos dos militares do EB em busca de capacitação no exterior. Entretanto, quando a perspectiva se volta para o filtro “arco do conhecimento”, a balança pende para a América do Norte e Europa com cerca de 73%, contra 20% da América do Sul.

A respeito das interações entre o EB e o dito “arco do conhecimento” na área de blindados, é importante destacar o papel de dois atores fundamentais: EUA e República Federal da Alemanha.

¹⁴ Entendimento nº 36 da ata da CBEM Brasil-Argentina, realizada em Buenos Aires, 2018.

¹⁵ Entendimento nº 20 da ata da CBEM Brasil-Chile, realizada em Santiago, 2017.

É inegável a influência dos EUA na região sul-americana, mantendo presença “principalmente no Chile, Colômbia e Paraguai, em atividades voltadas ao apoio a operações, inteligência militar e na área de ensino” (BRASIL, 2018, p. 14). Destarte, fruto desse poder de atração, somado à conjuntura política recente favorável, tanto o nível político brasileiro, quanto o Ministério da Defesa (MD) e o próprio EB decidiram pelo incremento da aproximação. Consequentemente, foi assinado o primeiro plano de cinco anos entre o EB e o Exército dos EUA, durante a XXXII CBEM, realizada em 2016 (BRASIL, 2018). Este Plano dá as orientações, a médio prazo, para as interações entre os dois exércitos, no período de 2017 a 2021. Para esta primeira fase do entendimento, o “EB traçou como objetivo o incremento da sua capacidade expedicionária e interoperabilidade em operações multinacionais. (BRASIL, 2018, p. 21). Logo, a partir de 2019, as relações, que já eram significativas, adensaram-se através: (1) da visita do comandante do CIBId ao *National Training Center*¹⁶; (2) da participação do Brasil na feira internacional de blindados ocorrida em Austin, Texas; (3) estabelecimento da posição de oficial de ligação (O Lig) no Centro de Excelência de Movimento e Manobra¹⁷ do Exército dos EUA; e (4) pela tratativa de intercâmbio de monitores, com o envio de um militar americano na graduação de sargento para atuar no corpo docente do CIBId e vice-versa.

Devido a restrições de caráter orçamentário, a 5ª SCh do EME conduz processo constante de racionalização de missões, com vistas a prospectar posições de maior benefício para o EB em detrimento de outras consideradas de menor importância. Assim, o poder de atração norte-americano mais uma vez se manifesta nesse esforço de racionalização, como pode ser visto abaixo:

“no final do ciclo a Seção de Assuntos internacionais programou um significativo aumento de novas posições na América do Norte, particularmente nos EUA (cerca de 19 posições), que terá reflexo no ciclo de 2019/2022. O reflexo orçamentário das novas posições nos EUA será minimizado pela desativação significativa de missões na América do Sul, nos anos de 2016 e 2017, e na própria América do Norte, em 2017 e 2018” (BRASIL, 2018, p. 105).

O outro ator extra regional significativo no tema blindados é a Alemanha, país sede da empresa *KMW*¹⁸, fabricante do carro de combate Leopard 1 A5 BR, que

¹⁶ *National Training Center*: centro nacional de treinamento (tradução nossa) é uma OM do Exército dos EUA responsável pela avaliação de tropas blindadas e mecanizadas.

¹⁷ O Centro de Excelência de Movimento e Manobra é responsável pela área de ensino de blindados.

¹⁸ A empresa Krauss Maffei Wegmann (KMW) tem sede em Munique na Alemanha. Também é a fabricante dos carros de combate Leopard 1V e 2A4 utilizados pelo Exército chileno.

equipa as tropas de cavalaria do EB. O EB mantém em solo germânico duas comissões, uma de acompanhamento e aceitação e outra de fiscalização e manutenção. Além disso, a Escola de Blindados alemã (*Panzertruppenschule*), historicamente reconhecida como centro de referência no ensino de blindados em nível mundial, tem sido o destino de vários militares brasileiros para realização de cursos. A este respeito, a 5ª SCh se expressa da seguinte forma:

“coordenar com o COTER a proposta de ações para incrementar o atual nível de relacionamento entre os exércitos europeus para a intensificação de intercâmbios em atividades operacionais, particularmente no emprego de blindados e tropas aeroterrestres, no sentido de desenvolver maior aproximação e parceria de cooperação e/ou integração junto aos países membros da OTAN, entre os quais a Alemanha, a França, e Espanha” (BRASIL, 2018, p. 29)

Entretanto, a 5ª SCh aponta para uma tendência de redução no envio de militares brasileiros para realizarem cursos no exterior, fruto de “contingenciamento no emprego de recursos que afetou também a área de relações internacionais” (BRASIL, 2018, p. 78). Logo, em um quadro de escassez de recursos, o poder de atração exercido pelo “arco do conhecimento”, em especial pela Alemanha e EUA, tende a prejudicar as interações do Brasil com o Cone Sul na área de cursos.

Agora, tome-se os dados fornecidos pela 1ª Subchefia do EME, que dizem respeito ao plano de cursos e estágios em nações amigas (PCENA) referentes ao Cone Sul:

Tabela 2 - Cursos e estágios em nações amigas do Cone Sul

Área	País	2016	2017	2018	2019	Total	
Arco de Cooperação e Integração do Cone Sul	Argentina	cursos e estágios	22	15	29	38	104
		específicos de blindados	2	1	1	1	5
	Bolívia	cursos e estágios	3	7	2	2	14
		específicos de blindados	-	-	-	-	-
	Chile	cursos e estágios	14	12	10	17	53
		específicos de blindados	-	4	3	3	10
	Paraguai	cursos e estágios	1	1	3	1	6
		específicos de blindados	-	-	-	-	-
	Uruguai	cursos e estágios	3	8	4	5	20
		específicos de blindados	-	-	-	-	-

Fonte: o autor com base nos dados do PCENA da 1ª Subchefia do EME.

A nação argentina lidera a densidade do relacionamento nesse quesito, sendo o país onde o EB envia o maior efetivo, seguido do Chile. Chama a atenção os

números pouco expressivos de Bolívia e Paraguai, contando apenas cerca de 7% e 3%, respectivamente.

No que tange aos cursos e estágios específicos na área de blindados, o Chile suplanta, não só a Argentina, como Bolívia, Paraguai e Uruguai de forma expressiva. Um dos fatores que contribui é o fato daquela nação, semelhante ao Brasil, possuir um centro de treinamento voltado unicamente para o combate embarcado, o que não ocorre nos demais países¹⁹. Assim, o Exército chileno, assim como o brasileiro, reúne condições para implementar estudos aprofundados não só no campo da doutrina de pequenas frações, como também em técnicas, táticas e procedimentos, dos quais, no caso do Chile, merece destaque a sistemática de adestramento bem consolidada, com registros mais precisos quanto ao desempenho das guarnições de carros de combate²⁰.

Sob o ponto de vista dos especialistas do CIBId, é nítida a priorização do Chile como destino para alunos militares do EB. Neste aspecto, o resultado do questionário aplicado revelou que, dentro do universo das nações do Cone Sul, a ordem de prioridade seria: Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. O que chama a atenção é que, quando perguntado quem deveria ser a primeira prioridade, o Chile acumulou 72% dos votos, contra apenas 14% da Argentina.

De tudo o que foi apresentado sobre a promoção da interoperabilidade via cursos e estágios específicos na área de blindados, é lícito concluir que o EB visualiza a busca de conhecimento na área primeiro em países fora do Cone Sul. Nestes, o Chile é o destino preferencial, sendo que os cursos procurados pelo EB são: curso de *master gunner*²¹ e os cursos avançados de infantaria, cavalaria e engenharia blindadas. Na Argentina, o foco principal é o curso de comandante de subunidade de cavalaria, que, somado às atividades de ensino no Chile, constituem a totalidade dos cursos e estágios frequentados por alunos militares brasileiros no Cone Sul²² (BRASIL, 2020).

¹⁹ Segundo informações prestadas na entrevista do Comandante do CIBId, na Argentina e Bolívia, o ensino na área de blindados fica restrito às escolas de formação de oficiais e sargentos. Paraguai e Uruguai tem uma acanhada estrutura responsável pelo ensino, subordinadas a uma organização militar de corpo de tropa.

²⁰ Informações prestadas nas entrevistas conduzidas com o Comandante, Subcomandante e Chefe da Divisão de Ensino do CIBId.

²¹ O *master gunner* é o perito no armamento e na técnica de tiro do armamento de veículos blindados. No Brasil, o termo foi adaptado para instrutor avançado de tiro.

²² Informações compiladas pelo autor com base no plano de cursos e estágios em nações amigas (PCENA) fornecido pela 1ª SCh EME.

Outro parâmetro importante da presente categoria estudada é a vinda de militares de nações amigas para frequentarem atividades de ensino no Brasil, haja vista que, em certa medida, sinaliza as áreas que os demais exércitos veem como positiva. A tabela abaixo mostra um resumo dos dados a respeito.

Tabela 3 - Cursos e estágios para militares estrangeiros no EB

Plano de Cursos e Estágios para Militares Estrangeiros no EB (PCEMEEB)					
Continente	2015	2016	2017	2018	Total
América do Sul	138	174	114	120	546
América do Norte	8	5	8	4	25
América Central	8	5	5	2	20
Europa	0	10	9	2	21
África	46	31	43	36	156
Ásia e Oceania	12	5	14	7	38
Total	212	230	193	171	806

Fonte: BRASIL. EME. 5ª Subchefia. Relatório do estudo Exército brasileiro 2015-2018 na área de relações internacionais e atividades especiais. Brasília: 27 jul. 2018, p. 63.

Revisitando o modelo dicotômico de análise do arco do conhecimento *versus* arco da cooperação e integração sul-americano, observa-se a pouca procura dos países integrantes daquele universo em relação aos cursos ofertados pelo EB. No período acima, teve-se 46 militares da América do Norte e Europa, o que representa 6% do total de alunos. Por outro lado, os números da América do Sul são expressivos, contabilizando 546 estudantes militares, ou 67% do universo considerado. Tais dados sugerem a conclusão de que, no âmbito da região sul-americana, o Brasil pode ser tomado como referência em diversos ramos da cooperação militar. Contudo, o mesmo não ocorre com norte-americanos e europeus, que buscam contatos mais voltados para a Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) e nos ramos das operações na selva e de manutenção da paz (BRASIL, 2018).

Com base nos dados do PCEMEEB fornecidos pela 1ª SCh EME, leve-se agora a lupa de pesquisa para o arco da cooperação e integração do Cone Sul, observando com mais detalhes o ramo específico dos cursos e estágios voltados para o tema dos blindados. O resultado é o que se segue.

Tabela 4 - Cursos e estágios oferecidos a militares de nações amigas do Cone Sul no Brasil

Área	País	2016	2017	2018	2019	Total	
Cone Sul	Argentina	cursos e estágios	14	23	17	10	64
		específicos de blindados	2	-	-	-	2
	Bolívia	cursos e estágios	2	5	8	10	25
		específicos de blindados	-	-	1	2	3
	Chile	cursos e estágios	2	9	3	1	15
		Específicos de blindados	1	-	-	-	1
	Paraguai	cursos e estágios	22	30	10	14	76
		Específicos de blindados	-	-	-	-	-

(continua)

(continuação)

Área	País	2016	2017	2018	2019	Total	
Cone Sul	Uruguai	cursos e estágios	19	14	8	24	65
		Específicos de blindados	5	5	1	4	15

Fonte: o autor com base nos dados do PCEMEEB da 1ª Subchefia do EME.

Dentro da América do Sul, no período de 2016-2019, os países platinos foram os que mais interagiram com o EB no presente quesito, sendo o Paraguai a nação que mais enviou alunos militares ao Brasil. Segue-se Uruguai e Argentina, apresentando equilíbrio entre ambos. Por outro lado, o Chile enviou ao Brasil apenas 15 militares, o que representa 6% do total de alunos estrangeiros em cursos e estágios no EB.

Quando se volta o olhar para as atividades de ensino específicas de blindados, os resultados chamam a atenção pela pouca densidade de interações neste campo da cooperação em comparação aos números totais.

O exército uruguaio desponta como aquele que mais busca o EB na área de blindados, enviando pessoal militar para frequentarem as atividades de ensino nas áreas tática de pelotão de exploradores, quanto na de manutenção de veículos da extinta família Engesa, a Viatura Blindada de Reconhecimento (VBR) EE-9 Cascavel e a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP) EE-11 Urutu, bem como da VBTP M-113, de fabricação norte-americana, em uso há muitos anos tanto no Brasil quanto no Uruguai.

Argentina e Bolívia, apesar da pouca procura, também optaram por cursos na área de manutenção de veículos blindados, especificamente o da VBTP M-113. No caso da nação portenha, houve a procura em 2016 pelo estágio de comandante de OM blindadas e mecanizadas, cuja vaga foi cancelada a pedido do Exército argentino (BRASIL, 2020). Tal fato também ocorreu com o Chile, que não mandou militares para frequentarem os cursos e estágios do EB na área de blindados no período considerado, ainda que “o Exército chileno, conquanto venha modernizando o seu equipamento, ainda possui material militar de origem brasileira, adquirido até a década de 80 (blindados [Engesa], caminhões, rádios portáteis, fuzis e pistolas)” (BRASIL, 2018, p. 43).

Nesse ponto cabem algumas palavras sobre um dado que chamou atenção na pesquisa: o cancelamento de vagas. A tabela 4 mostra o total de vagas ofertadas, ou seja, 21 vagas. Destas, 10 foram canceladas, praticamente 50%. Em uma análise

por país: Argentina 2; Bolívia 3; Chile 1; e Uruguai 4. Assim, de fato, somente os uruguaios frequentaram cursos e estágios de blindados no Brasil no período.

Os países manifestam o desejo por vagas em cursos nas CBEM, o que se materializa nos entendimentos constantes nas respectivas atas, onde os exércitos se dispõem a estudar a possibilidade. Aqui, cabe destacar que, até os limites das fontes consultadas, constatou-se que os custos inerentes ao envio dos militares (transporte, soldo, alojamento) são de responsabilidade da nação de origem. A nação anfitriã arca com os valores relacionados à alimentação durante as atividades discentes, além de todo o material de apoio à instrução. Assim, em se tratando do Cone Sul, onde os exércitos historicamente conviveram com restrições orçamentárias (AGUILAR, 2010), é lícito concluir que o orçamento para capacitação de pessoal no exterior é uma das causas do cancelamento de vagas, com reflexos negativos na cooperação técnica militar na área de blindados.

Nesse viés, ocorre que exércitos de países mais bem aquinhoados com recursos orçamentários incorporam em seus planejamentos financeiros recursos destinados aos programas de assistência militar, provendo transporte, hospedagem, alimentação, material didático e de apoio à instrução, chegando até mesmo a fornecer pequenas quantias para gastos discricionários dos alunos. No caso brasileiro, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, realiza em conjunto com o EB um programa de cooperação técnica para militares estrangeiros em escolas militares nacionais. A respeito, a 5ª SCh expressa-se da seguinte forma:

“nota-se um decréscimo da assistência dessa Agência durante o período em questão [2015-2019], haja vista a mudança de objetivos da mesma, conforme discriminado a seguir: em 2015 foram destinadas 25 vagas, sendo 18 vagas para a América do Sul; em 2016 foram destinadas 10 vagas sendo 5 para a América do Sul; em 2017 foram destinadas 14 vagas, sendo 5 para a América do Sul; e em 2018 foram destinadas 17 vagas, sendo 6 para a América do Sul. O planejamento dessa Agência prevê para 2019 que serão atendidos apenas militares africanos, por motivos de objetivos do MRE (BRASIL, 2018, p. 40-41).

Abaixo, segue-se uma tabela que mostra a concessão de fundos da ABC voltada para o Cone Sul:

Tabela 5 - Concessão de fundos da ABC para militares do Cone Sul frequentarem escolas no Brasil

Ano	País	Escola	Efetivo
2015	Argentina	ECEME	2
	Bolívia	AMAN	4
	Paraguai	ECEME	2
		AMAN	4

(continua)

(continuação)

Ano	País	Escola	Efetivo
2015	Uruguai	ECEME	1
Total Cone Sul/ Total América do Sul			13/18
2016	Bolívia	AMAN	1
	Paraguai	AMAN	2
Total Cone Sul/ Total América do Sul			3/5
2017	Bolívia	AMAN	1
	Paraguai	AMAN	1
Total Cone Sul/ Total América do Sul			2/5
2018	Bolívia	AMAN	1
	Paraguai	AMAN	1
Total Cone Sul/ Total América do Sul			2/6

Fonte: BRASIL. EME. 5ª Subchefia. Relatório do estudo Exército brasileiro 2015-2018 na área de relações internacionais e atividades especiais. Brasília: 27 jul. 2018, p. 40-41.

Dito isso, pode-se concluir que a América do Sul vem perdendo espaço no âmbito da ABC para provimento de recursos no escopo da cooperação técnica militar. Em que pese tal adversidade, o Cone Sul consegue manter boa representatividade, sendo Bolívia e Paraguai os alvos preferenciais do programa. É digno de nota a completa ausência chilena e o fato de a Argentina ter participado em 2015. Outro fato que salta aos olhos é a prioridade concedida às escolas voltadas à educação militar, como a AMAN, e de altos-estudos (ECEME). Logo, ao tomar-se as informações descritas no capítulo anterior, onde a ABC, entre os anos de 2008 a 2017, em um total de 219 acordos de cooperação técnica em defesa envolvendo países do Cone Sul, financiou 4 (quatro) na área de blindados²³, conclui-se que, sob o aspecto da frequência de alunos estrangeiros em nossos cursos e estágios na área de blindados, o papel da ABC é essencial para a manutenção da densidade do relacionamento, que apresenta curva declinante.

No viés de economia de recursos, cabe destaque os esforços mútuos de Brasil e Argentina no sentido de estabelecerem oficiais de ligação²⁴, cuja finalidade é a de melhor coordenar a cooperação bilateral, potencializando a implementação dos entendimentos e acordos firmados nas CBEM, além de promover o fluxo de informações, e o estabelecimento de vínculos mais próximos entre as instituições.

²³ Informações constantes do quadro 3 - acordos de cooperação técnica na área de blindados concluídos entre países em desenvolvimento no marco da cooperação sul-sul.

Fonte: <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>. Nos campos apropriados, selecionar: cooperação sul-sul, América do Sul, Defesa, projetos concluídos. Acesso em: 29 mai. 2020. Acesso em: 29 mai. 2020.

²⁴ Entendimentos nº 9-11 da ata da CBEM Brasil-Argentina, realizada em Buenos Aires, 2018. Concorrem à função de oficiais de ligação oficiais superiores, que contam com seus respectivos auxiliares.

Embora com um escopo reduzido, mais voltado para assuntos técnicos específicos, instrutores convidados também cumprem as funções descritas acima. Tal expediente tem sido empregado na área de blindados entre os países do Cone Sul.

A Argentina envia anualmente um oficial subalterno e um sargento para integrarem o corpo docente do CIBId, com o objetivo de contribuir na especialização de oficiais e sargentos em emprego tático e técnico de veículos blindados e mecanizados, na execução da manutenção e no desenvolvimento e atualização da doutrina militar afeta ao emprego destes meios de combate²⁵.

O Brasil envia anualmente ao Chile um oficial intermediário e um sargento, ambos possuidores de curso de aperfeiçoamento, para realizarem o curso técnico em operação do sistema de armas do tanque Leopard 2 A4, após o que os militares brasileiros atuam como instrutores no *Centro de Entrenamiento de Combate Acorazado* (CECOMBAC), OM que cumpre as funções de centro de instrução de blindados no Chile. O oficial também assume a função de oficial de ligação junto à escola chilena. Cabe destacar que apenas militares brasileiros atuam como instrutores no Chile atualmente²⁶.

A aproximação com o Chile teve início no ano de 2010, com o envio de 4 militares, sendo um oficial e um sargento, para frequentarem o curso acima referenciado, e os demais para um estágio voltado para troca de experiências na sistemática de ensino e adestramento de guarnições de carro de combate²⁷. Fruto dessas atividades, somadas à experiência própria e adaptado à realidade nacional, foi implantado no CIBId, a partir de 2013, o curso de instrutor avançado de tiro (IAT) para o carro de combate (CC) Leopard 1 A5 BR, que representou um marco institucional, devido à melhoria da sistemática de treinamento e incorporação de tais ensinamentos no sistema de ensino no EB, garantindo sua continuidade ao longo do tempo (ANNES, 2018).

Em 2017, o Uruguai manifestou interesse em enviar uma equipe de ligação ao CIBId para os anos de 2018-2019²⁸, composta por um oficial e um sargento, ficando

²⁵ Entendimentos nº 45 da ata da CBEM Brasil-Argentina, realizada em Buenos Aires, 2018.

²⁶ Informações prestadas pelo 2º Sgt Pablo de Borba Calegari em 11 jul. 2019, que exerce a função de instrutor no CECOMBAC, tendo obtido menção honrosa como destaque no curso do sistema de armas do tanque Leopard 2 A4 em 2020.

²⁷ BRASIL. Centro de Instrução de Blindados. Relatório de missão no exterior: estágio de instrutores, realizado na cidade de Iquique, Chile. Autor: Maj Cav Fernando Augusto Valentini da Silva, assinado em 13 out. 2010.

²⁸ Entendimentos nº 08 da ata da CBEM Brasil-Uruguai, realizada em Montevideu, 2017.

responsável pelos custos inerentes à manutenção destes militares no Brasil. Infelizmente, a iniciativa ainda não se concretizou.

Digno de nota, é o fato de que o CIBId, além de contar com os instrutores argentinos, já abrigou em seus quadros um major alemão, como instrutor convidado e, atualmente, está em tramitação o envio de um sargento norte-americano para reforçar a equipe de instrução brasileira²⁹.

Na visão dos especialistas consultados, o intercâmbio de instrutores seria a melhor maneira de ampliar a cooperação e promover a interoperabilidade, obtendo 45% das respostas a esta pergunta no questionário aplicado no atual esforço de pesquisa. A segunda opção foi a realização de atividades de ensino presenciais, com 33% das respostas. O motivo apontado é que tal função proporciona tempo suficiente para formação de vínculos mais duradouros e para a troca de conhecimentos de forma mais profunda e refletida.

No contexto de escassez de recursos, as visitas a centros de instrução, de adestramento e OM específicas dos corpos de tropa acabam por assumir um papel proeminente na cooperação militar. Com a finalidade de colher ensinamentos específicos a respeito de assuntos administrativos, logísticos, doutrinários, sistemática de instrução dos países visitados, ou a manutenção dos laços de camaradagem, estas atividades proporcionam, além da economia de recursos, estreitamento de vínculos institucionais setoriais entre os integrantes das unidades visitadas, que, não raro, transformam-se em canais cooperativos formais.

Abaixo, a tabela mostra os destinos procurados pelo EB no cumprimento de seu plano de visitas a nações amigas.

Tabela 6 - Plano de viagens e outras atividades em nações amigas (PVANA)

Plano de Viagens e Outras Atividades em Nações Amigas (PVANA)					
Continente	2015	2016	2017	2018	Total
América do Sul	107	86	118	50	361
América do Norte	124	116	139	107	486
América Central	48	39	31	4	122
Europa	141	117	133	68	459
África	25	13	11	6	55
Ásia e Oceania	17	24	21	17	79
Total	462	395	453	252	1562

Fonte: BRASIL. EME. 5ª Subchefia. Relatório do estudo Exército brasileiro 2015-2018 na área de relações internacionais e atividades especiais. Brasília: 27 jul. 2018, p. 70.

²⁹ Informação prestada pelo Comandante do CIBId TC Camilo Pereira Antunes.

De um total de 1562 missões, cerca de 30% foram para a América do Norte e 34% para a Europa. Somadas, as viagens com destino ao “arco do conhecimento” representaram 64% do universo. Por outro lado, a América do Sul atraiu 22% das viagens. Destarte, repete-se no PVANA a dinâmica já observada com relação aos cursos e estágios, onde a atração exercida pelo “arco do conhecimento” mostra-se significativamente superior à do “arco da cooperação e integração”, ainda que mais próximo geograficamente. Sob a ótica do emprego de recursos, tais dados podem ser interpretados como, ainda que mais onerosa, vale a pena tal modalidade de cooperação voltada para a América do Norte e Europa em detrimento das viagens para a América do Sul.

Observe-se agora o quantitativo de viagens voltadas ao espaço geográfico do Cone Sul.

Tabela 7 - Visitas e outras atividades em nações do Cone Sul

Área Geográfica	País	2017	2018	2019	Total
Arco de Cooperação e Integração do Cone Sul	Argentina	9	17	22	48
	Bolívia	4	3	4	11
	Chile	15	27	20	62
	Paraguai	11	12	10	33
	Uruguai	8	6	7	21
Total		47	65	63	175

Fonte: o autor com base nos dados do PVANA fornecidos pela 5ª Subchefia do EME.

Tomando-se os dados de 2017-2018, das 168 viagens registradas para a América do Sul, o Cone Sul contabilizou 112, representando 67% do total. Dentro desta sub-região, Chile e Argentina são os destinos mais procurados. O Paraguai encontra-se em posição intermediária, ao passo que Uruguai e Bolívia registram a menor densidade de relacionamento na categoria estudada. Assim, os dados dão conta de que, no espaço sul-americano, o Cone Sul exerce atração superior às regiões andina e amazônica no tocante às atividades voltadas para manutenção dos laços de diplomacia militar e busca de conhecimentos específicos por parte do Brasil.

No que toca diretamente à cooperação militar na área de blindados, o período estudado testemunhou poucas, porém significativas atividades que o EB empreendeu visitando nações do Cone Sul, a saber:

Quadro 6 – Visitas/atividades específicas da cooperação militar na área de blindados

Ano	País	Atividade
2017	Argentina	Reunião de coordenação do exercício Guarani
		Reunião de coordenação do exercício Paraná
	Paraguai	Visita técnica de apoio logístico do EB ao Exército do Paraguai

(continua)

(continuação)

Ano	País	Atividade
2018	Argentina	Reunião de coordenação do exercício Guarani
		Reunião de coordenação do exercício Arandu
	Paraguai	Reunião de coordenação do exercício Paraná
2019	Argentina	Intercâmbio doutrinário com a Brigada Mecanizada IX, localizada em Comodoro Rivadavia, Chubut
		Reunião de coordenação do exercício Arandu
		Visita para levantamento de sistemas para manutenção de blindados
	Chile	Visita para conhecer o sistema logístico referente à manutenção e suprimento da frota Leopard

Fonte: o autor com base nos dados do PVANA fornecidos pela 5ª Subchefia do EME.

Os dados acima revelam a Argentina não só com a maior quantidade de atividades, 6 (seis) ao todo, mas também com visitas que mostram maior grau de profundidade em termos de cooperação militar, pois tratam de intercâmbio doutrinário, aproximação na área logística e reuniões para coordenação de exercícios no terreno envolvendo tropas de natureza blindada/mecanizada (Operações Guarani e Arandu). O Brasil também conduz, em conjunto com o Paraguai, outro exercício no terreno com emprego de meios blindados, a operação Paraná. Com relação ao Chile, registrou-se apenas uma visita de caráter logístico, mas importante pela possibilidade futura de troca de experiências, devido à utilização da frota Leopard pelos dois países.

Concernente às viagens de militares de nações amigas ao Brasil, o panorama é o que se segue abaixo.

Tabela 8 - Plano de visitas de militares estrangeiros ao Brasil (PVMEB)

Plano de Visitas de Militares Estrangeiros ao Brasil (PVMEB)					
Continente	2015	2016	2017	2018	Total
América do Sul	55	52	39	12	158
América do Norte	16	13	22	4	55
América Central	1	2	-	3	6
Europa	15	22	15	4	56
África	15	2	3	3	23
Ásia e Oceania	6	12	4	3	25
Total	108	103	76	83	323

Fonte: BRASIL. EME. 5ª Subchefia. Relatório do estudo Exército brasileiro 2015-2018 na área de relações internacionais e atividades especiais. Brasília: 27 jul. 2018, p. 62.

Aqui emerge de forma clara a expressiva densidade de visitas de nações sul-americanas ao Brasil, perfazendo 49% do total, enquanto os países do “arco do conhecimento” computaram cerca de 34% das viagens. Logo, infere-se que os exércitos do “arco da cooperação e integração” sul-americano identificam no Brasil

um polo de atração na busca de manutenção de laços de camaradagem e de conhecimentos em áreas específicas da cooperação militar.

Levando o enfoque para a sub-região do Cone Sul, com base nos dados do PVANA fornecidos pela 5ª SCh EME, observou-se o seguinte:

Tabela 9 - Visitas de militares de nações do Cone Sul ao Brasil

Área Geográfica	País	2016	2017	2018	2019	Total
Arco de Cooperação e Integração do Cone Sul	Argentina	21	-	-	38	59
	Bolívia	9	-	-	-	9
	Chile	17	-	-	6	23
	Paraguai	42	-	-	12	54
	Uruguai	24	-	-	7	31
Total		113	-	-	63	176

Fonte: o autor com base nos dados do PVANA da 5ª Subchefia do EME.

Argentina e Paraguai mantiveram fluxo significativo de viagens ao Brasil, com 33% e 30% do total de viagens, respectivamente, seguidos do Uruguai, com 18%. O Chile representou 13%, reforçando a tendência de menor assiduidade na busca de atividades com foco em áreas específicas da cooperação militar quando comparado à Argentina. Chama a atenção, contudo, a tênue ligação com a Bolívia no presente quesito, com apenas 6% das viagens recebidas pelo Exército brasileiro.

No que tange às visitas diretamente envolvidas com o tema blindados, o panorama, com base nos dados do PVEMEB fornecidos pela 5ª SCh EME, é o descrito pelo quadro abaixo.

Quadro 7 - Visitas de militares de nações do Cone Sul ao Brasil específicas da cooperação militar na área de blindados

Ano	País	Atividade
2016	Argentina	Reuniões de coordenação dos exercícios Guarani, Hermandad e Yaguareté
	Paraguai	Visita de militares egressos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais a unidades da região sul do Brasil
		Visita de militares egressos da Escola de Mecânicos e Motoristas de Automóveis da Diretoria de Trens do Exército paraguaio
		Visita de militares egressos da Escola de Formação de Suboficiais do quadro de material bélico do Exército paraguaio
Uruguai	Visita de instrutores e alunos do curso de Comando e Estado-Maior do Exército Nacional do Uruguai a unidades do Comando Militar do Sul	
2019	Argentina	Reuniões de coordenação e execução dos exercícios combinados Arandu e Guarani
		Participação de oficiais argentinos como observadores durante exercícios no terreno no período de adestramento avançado das brigadas do Comando Militar do Sul

(continua)

(continuação)

Ano	País	Atividade
2019	Paraguai	Visita de militares egressos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais a unidades da região sul do Brasil
		Visita de militares egressos do curso de blindados do Regimento de Cavalaria nº 4/Escola de Cavalaria do Exército paraguaio ao CIBId
		Visita de militares egressos da Escola de Material Bélico da Diretoria de Material Bélico do Exército paraguaio para capacitação de torre do blindado Cascavel no CIBId
	Uruguai	Visita de instrutores e alunos do curso de Comando e Estado-Maior do Exército Nacional do Uruguai a unidades do Comando Militar do Sul

Fonte: o autor com base nos dados do PVEMEB da 5ª Subchefia do EME.

Com exceção das reuniões de coordenação e na execução dos exercícios combinados com outros países, todas as demais visitas incluem no seu roteiro o CIBId. Além disso, as atividades que envolvem escolas que trabalham no campo da educação militar, como a de Comando e Estado-Maior uruguaia e a de aperfeiçoamento do Paraguai, apresentam como um dos focos da visita, identificar a organização do CIBId³⁰ do EB.

Os dados mostram a grande procura por parte do Paraguai em promover visitas ao EB. Vale o destaque que o país platino por vezes utiliza tais visitas como se minicursos de capacitação fossem, por serem mais econômicas do que enviar militares para os cursos regulares oferecidos pelo CIBId.

Digno de nota é a ausência do Chile nesta categoria, não tendo sido registradas visitas e outras atividades no período.

A Argentina apresenta padrão diferente para suas visitas, buscando preferencialmente atividades voltadas à coordenação e execução de manobras no terreno, além de enviar militares para observar exercícios de adestramento das tropas brasileiras que se encontram na fronteira, permitindo maior entrosamento e troca de experiências no planejamento de operações militares e sistemática de adestramento. Tais ações contribuem significativamente para a promoção da interoperabilidade e mostram um grau mais profundo de cooperação militar na área de blindados, justamente por promoverem a incorporação de seus militares na tropa brasileira em funções específicas às organizações militares executantes, estreitando vínculos de

³⁰ Informação prestada pelo Comandante do CIBId, TC Camilo Pereira Antunes.

trabalho e convivência; ou, ainda, de frações constituídas, com o mesmo objetivo de cumprimento da missão imposta nos contextos táticos trabalhados.

Nesse diapasão, prossegue-se na análise, agora voltada à subcategoria exercícios militares, mencionada no parágrafo anterior.

Conforme as atas das CBEM atestam, entre os anos 2016-2019, no âmbito do Cone Sul, identificam-se os seguintes exercícios militares:

Operação Volcano – conduzida pelo Chile com foco em adestramento para operações humanitárias em apoio a emergências e desastres. O EB foi convidado a participar em 2017, enviando militares para compor o estado-maior da tropa em adestramento³¹.

Operação Leftaru – exercício conjunto e combinado conduzido pelo Chile voltado para operações especiais e troca de experiência em planejamento nível estado-maior do Comando de Operações Especiais. O EB foi convidado a participar em 2017, enviando 1 patrulha ou mais unidades operacionais³².

Exercício de defesa cibernética – o EB convidou o Exército argentino a participar da atividade com objetivo de troca de experiências na área. A operação estava planejada para o primeiro semestre de 2020, com participação de até 4 militares argentinos³³.

Operação Arandu – exercício conjunto e combinado conduzido por Argentina e Brasil com revezamento entre ambos. O objetivo da operação é a promoção da interoperabilidade, além do intercâmbio de conhecimentos de simulação de combate e adestramento de forças blindadas e mecanizadas. Os exércitos participam com efetivos que giram em torno de 42 militares que compõem o estado-maior da tropa em adestramento, fora aqueles envolvidos na preparação e apoio administrativo, a critério do exército organizador da atividade. Em 2019, a condução coube ao EB.

Operação Guarani – exercício combinado conduzido por Argentina e Brasil com rodízio entre ambos. Tem o mesmo objetivo da operação Arandu, indo além por envolver manobras no terreno, com um efetivo previsto de cerca de 500 militares e veículos blindados. Em 2019, a execução também coube ao EB.

Operações Yaguarete, Duende e Hermandad – a partir de 2018, houve a fusão das operações, tornando-as um único exercício a ser realizado conforme o ciclo:

³¹ Entendimento nº 13 da ata da CBEM Brasil-Chile, realizada em Santiago, 2017.

³² Entendimento nº 12 da ata da CBEM Brasil-Chile, realizada em Santiago, 2017.

³³ Entendimento nº 12 da ata da CBEM Brasil-Argentina, realizada em Buenos Aires, 2018.

ano A - reuniões de planejamento (Brasil-Argentina); A+1 – condução do exercício de simulação e A+2 – realização da manobra no terreno com tropas mecanizadas, blindadas, aerotransportadas e paraquedistas. Dessa forma, visualizou-se a troca de experiências nas áreas elencadas acima, além da simulação de combate.

Operação Paraná - Operação Combinada entre os Exércitos Brasileiro e Paraguai, realizada em um ciclo bianual, ou seja, um ano de reuniões de coordenação, com a execução prevista para o seguinte. O exercício tem o objetivo de promover a interoperabilidade e troca de experiências, envolvendo a 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada do EB e a 3ª Divisão de Infantaria do Exército do Paraguai. Em 2016, cogitou-se da possibilidade de convidar militares da Argentina e do Uruguai³⁴, para participarem como observadores, visando maior integração entre os países do Cone Sul. Até o limite das fontes consultadas, tal intenção ainda não se concretizou.

Assim, dos 7 (sete) exercícios levantados no período, 4 (quatro) estão diretamente relacionados à cooperação militar na área de blindados, contemplando simulação de combate, trabalho de estado-maior e emprego de tropa no terreno, o que revela alto potencial de troca de conhecimentos e promoção da interoperabilidade entre Brasil-Argentina e Brasil-Paraguai. É importante frisar que todas as 4(quatro) operações tem como foco o adestramento de tropas sobre rodas (mecanizadas). As viaturas sobre lagartas, que caracterizam nossas tropas blindadas, ainda não são alvo de tal integração pelo alto custo envolvido, além das dificuldades de transporte, disponibilidade de polígonos de tiro e outras restrições de ordem logística, como o regime de utilização médio adotado pela Diretoria de Material do EB, que restringe a 200 km a quantidade permitida para deslocamento dos carros de combate Leopard 1A5BR, por exemplo.

Da análise das atas das respectivas CBEM, prospecta-se a tendência de fusão de atividades, porém com ampliação do escopo e maior profundidade na integração. Ademais, há o desejo de convite aos países que ainda não participem da atividade para que mandem observadores, a fim de, paulatinamente, aumentar os laços cooperativos e despertar o interesse de adesão plena aos exercícios. Destaca-se a iniciativa brasileira de atrair o Chile para as manobras combinadas que conduz

³⁴ Entendimento nº 45 da ata da CBEM Brasil-Paraguai, realizada em Brasília, 2016.

em parceria com a Argentina, convidando o Exército chileno a enviar observadores para a operação Arandu³⁵.

3.3 Cooperação logística e científico- tecnológica

Nos anos 1940, após o recebimento de missões de cooperação militar norte-americanas, o EB deu início ao estabelecimento de seu sistema de ciência e tecnologia através da criação de uma série de unidades voltadas para pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos de defesa.

Em 2005, foi criado o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), dando ao sistema suas feições atuais, que, além da P&D mencionada, abarca também a fabricação de material bélico. Assim, o DCT conta com estruturas voltadas à avaliação, desenvolvimento de sistemas, arsenais de guerra com vocação fabril, um centro tecnológico, outro de comunicações e guerra eletrônica, serviço geográfico e cartográfico, além do ícone do sistema, o Instituto Militar de Engenharia (IME), estabelecimento de ensino tido como referência internacional. Revisitando o quadro nº5, contido no item 3.1, que mostra as principais áreas de cooperação militar entre o Brasil e as nações do Cone Sul, verifica-se alto grau de participação do DCT para o êxito da execução dos entendimentos das CBEM.

Na área de blindados, a importância do sistema de ciência e tecnologia do EB é marcante. Em retrospecto, ainda na década de 1960, encontra-se a origem dos projetos das viaturas blindadas que projetaram o Brasil ao patamar de país exportador de produtos de defesa: os veículos EE-9 Cascavel e EE-11 Urutu. Embora ambos tenham sido manufaturados sob a marca Engesa, seus projetos iniciais foram feitos pelos engenheiros do antigo Parque Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar, hoje Arsenal de Guerra de São Paulo. Como ensina o Prof. Exedito Bastos (2011), os principais projetos de blindados brasileiros nasceram no EB.

O EE-9 Cascavel foi produzido entre os anos de 1975 e 1983, chegando a 1738 unidades fabricadas. Trata-se de um blindado sobre rodas 6x6, concebido para operações de reconhecimento e segurança, que teve como maior trunfo a simplicidade (BASTOS, 2017). Já a produção do EE-11 Urutu estendeu-se de 1973 a 1993, tendo atingido a marca de 888 veículos manufaturados. Assim como o Cascavel, baseava-se na simplicidade de projeto e na facilidade de manutenção, com

³⁵ Entendimento nº 11 da ata da CBEM Brasil-Chile, realizada em Santiago, 2017.

a diferença de ter sido concebido para transporte de tropa com capacidade anfíbia (BASTOS, 2018).

Como informa Expedito Bastos (2017, 2018, grifo nosso), o sucesso de vendas de ambos pode ser traduzido nos seguintes números:

- **EE-9 Cascavel:** Exército Brasileiro adquiriu 409 unidades, seguido da Líbia (400), do Iraque (364), Colômbia (128), Chipre (124), **Chile (106)**, Zimbábue (90), Equador (32), **Paraguai (28)**, **Bolívia (24)**, **Uruguai (15)**, Gabão (12) e Suriname (6).

- **EE-11 Urutu:** Exército e Marinha do Brasil receberam respectivamente 217 e 6 (Corpo de Fuzileiros Navais), tendo sido exportado para o Iraque (148), Dubai (132), Jordânia (82), Colômbia (56), Líbia (40), Venezuela (38), **Chile (37)**, Equador (32), Angola (24), Tunísia (18), Suriname (16), **Bolívia (12)**, **Paraguai (12)**, Gabão (11) e Zimbábue (7). O usuário mais recente é o Senegal, que os adquiriu de Israel, o qual havia comprado um lote de 31 oriundos do Exército chileno que foram modernizados pela empresa israelense Saymar Ltd em 2002 (BASTOS, 2018).

Destarte, observa-se o expressivo volume de vendas direcionadas aos países do Cone Sul. Destes, somente a Argentina não aderiu à compra das viaturas brasileiras. O Chile foi o maior comprador, perfazendo uma frota de 143 veículos, seguido do Paraguai com 40, Bolívia com 36 e o Uruguai com 15 EE-9 Cascavéis.

Partindo da premissa de que: (1) ambas as viaturas possuem projetos semelhantes, com alto índice de comunalidade de peças; e (2) que ainda continuam sendo empregadas em conflitos atuais na África e Oriente Médio (BASTOS, 2017, 2018); em tese, ter-se-ia uma frota de 234 blindados, com crescentes demandas por peças de reposição, manutenções periódicas, além de possíveis projetos de modernização, tal como o conduzido pela empresa israelense acima mencionada. Ou seja, tal situação apresenta significativa oportunidade de negócios para a base industrial de defesa brasileira. Entretanto, principalmente pela falência da Engesa e restrições legais sobre o seu espólio, a ação das empresas e do governo brasileiro fica tolhida em sua liberdade de ação (DÜRING, 2007).

Assim, tem cabido ao EB atender, ainda que parcialmente, os anseios de manutenção e modernização da frota Engesa de nações amigas do Cone Sul, sobretudo Bolívia e Paraguai. A respeito, no ano de 2007, expressou-se o Editor-Chefe do *site* Defesanet, Sr. Nelson Düring (2007, p. 1, grifo do autor):

A manutenção dos blindados **EE-11 Urutu**, de transporte de pessoal, faz parte de um acordo diplomático bilateral entre os **Ministérios das Relações Exteriores do Brasil** e do **Paraguai**. No total serão **40 viaturas (12 Urutu e 28 Cascavel)** do Exército Paraguai, em três lotes. Esse número é similar aos registros de compras feito pelo Paraguai na ENGESA. O acordo bilateral prevê a utilização de logística e recursos técnicos do **Exército Brasileiro**, enquanto os custeios para os gastos com as reformas ficam por conta do Exército Paraguai, mediante uma linha de crédito [...] Outro ponto importante é que além de modernizar os veículos o Exército Brasileiro oferece treinamento no **Centro de Instrução de Blindados (CIBId)**, que está localizado em Santa Maria - RS

Em 2006, o então Comandante do EB, Gen Albuquerque, em visita à Bolívia, participou de tratativas para a modernização da frota boliviana, nos mesmos moldes do acordado com o Paraguai: manutenção em instalações do EB e treinamento de operação das viaturas no CIBId.

Assim, prosseguiu Nelson Düring (2007, p. 1, grifo do autor) em sua análise:

Surgiu a oportunidade do Exército Brasileiro junto com o Itamaraty recuperar posições e estabelecer uma “diplomacia dos blindados”. Os objetivos não é (*sic*) só de atender a velhos clientes de produtos militares brasileiros, mas de alguma forma estabelecer vínculos mais estreitos com forças militares locais, que estão sendo cotejadas pela ativa Revolução Bolivariana, do Sr Hugo Chávez. [...] Mesmo que a Bolívia tenha **usado caminhões Engesa** para transportar soldados na tomada das refinarias da Petrobras, no dia 1º de Maio de 2006. (*sic*) O esforço de reaproximação vale a pena para o Itamaraty e o Exército.

Dito de outra forma, a cooperação militar na área de blindados representaria a ação do Estado brasileiro, através da união de esforços do EB e do MRE, sob um marco teórico de emprego de seu *softpower*, de buscar atrair os exércitos paraguai e boliviano para sua esfera de influência nessa área específica.

Ao longo deste estudo, constatou-se que a política acima tem sido mantida por intermédio da cooperação logística com o Paraguai, materializando-se em visitas ao 28º Batalhão Logístico, situado em Dourados-MS, para troca de experiências relativas ao sistema de manutenção dos blindados Engesa³⁶, além do envio de militares egressos da Escola de Blindados do Exército do Paraguai ao CIBId em viagens de instrução que assumem contornos de minicursos na área de manutenção³⁷.

Com relação à Bolívia, o esforço de cooperação logística do EB voltou-se inteiramente à área da aviação militar através do auxílio na formação de mecânicos

³⁶ Entendimento nº 53 da ata da CBEM Brasil-Paraguai, realizada em Brasília, 2016.

³⁷ Recomendação nº 08 da ata da CBEM Brasil-Paraguai, realizada em Brasília, 2016.

de helicópteros e de aviônicos. No período estudado, nada foi registrado em relação a blindados.

Por outro lado, a cooperação logística com o Uruguai tem aumentado. Como já descrito no item 3.2, os militares uruguaios têm sido assíduos nos cursos do CIBId voltados para manutenção de viaturas blindadas. Além disso, em 2018, ocorreu a doação de 25 carros de combate M41C ao Exército uruguaio. A entrega foi precedida de um estágio de operação conduzido pelo CIBId e outro de manutenção realizado no Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar, OM também localizada em Santa Maria – RS, e que foi responsável pela recuperação dos veículos (DEFESANET, 2018).

O Chile também faz parte do clube de países que utilizam o carro de combate Leopard, de fabricação alemã, o que se apresenta como um estímulo para a cooperação. No campo logístico, há o intercâmbio de experiências e conhecimentos na área de aquisições dos exércitos, com vistas à melhoria de processos. No tocante à vertente científico-tecnológica, verifica-se a criação de grupo de trabalho na área, com o objetivo de trocar experiências sobre blindados, além de visitas a OM responsáveis por ensaios e avaliações de sistemas e materiais de emprego militar. A meta é a absorção mútua de conhecimentos sobre ensaios balísticos e veículos militares³⁸.

A Argentina foi o único país do Cone Sul que não importou blindados brasileiros. Ao que tudo indica até o momento, tal comportamento se mantém com relação ao veículo Guarani, que foi avaliado pelo Exército argentino em 2012. Recentemente, o especialista em blindados Sr. Paulo Bastos Jr (2020) veiculou a notícia da aprovação pela Agência de Cooperação em Segurança e Defesa dos EUA de uma possível venda de 27 viaturas Stryker M1126 ao país platino, a um custo estimado de US\$ 100 milhões de dólares. A reportagem comunica, ainda, citando nota da mencionada Agência que a “Argentina usará os veículos Stryker para conduzir operações de estabilidade em apoio à ajuda a desastres e obrigações internacionais de manutenção da paz” (BASTOS JR., 2020, p. 1).

Por outro lado, Brasil e Argentina iniciaram em 2004 um acordo de cooperação científico e tecnológico para o desenvolvimento do veículo leve aerotransportado, posteriormente batizado como Gaúcho. Do lado brasileiro, participaram os Centros

³⁸ Entendimentos nº 1, 18 e 20 da ata da CBEM Brasil-Chile, realizada em Santiago, 2017.

Tecnológico e de Avaliações do EB, o Arsenal de Guerra do RJ e a empresa Columbus. Na parte argentina, envolveram-se a *Dirección de Investigación, Desarrollo y Producción del Ejército*, a Brigada Mecanizada XI, o *Instituto Nacional de Tecnología Industrial* e a Universidade de la Plata (AMARANTE, 2013).

Segundo Amarante (2013), a concepção da viatura previa, além do compartilhamento de conhecimento científico e tecnológico, a utilização prioritária de peças e componentes oriundos do MERCOSUL. Além da redução de custos, o projeto tinha a intenção de estreitar os laços de amizade e confiança mútua e o reforço dos vínculos comerciais na região.

Passada quase uma década do projeto, que atravessou óbices como leis aduaneiras diferentes, lentidão no processo decisório devido à distância física das equipes, além de restrições orçamentárias, assim se expressou o General Amarante (2013, p. 46):

“As chances de sucesso desse programa estão se reduzindo com o passar do tempo, sem ações claras que promovam seu avanço [...] dos termos dessa análise, conclui-se que o planejamento não previu que o desenvolvimento cooperativo deveria ser sequenciado, com a primeira fase respondendo pela absorção tecnológica por parte da Argentina. A indústria de defesa argentina não possui tradição tecnológica relacionada com blindados sobre rodas, conhecimento, por sua vez, dominado pela engenharia de defesa brasileira”.

Contudo, no campo do desenvolvimento de produtos de defesa e cooperação científico-tecnológica, observou-se em 2018 uma tentativa de reaproximação entre ambos os exércitos por meio da constituição de um grupo de trabalho para intercâmbio de informações sobre prospecção tecnológica³⁹. É lícito interpretar que a lição aprendida com o desenvolvimento do veículo Gaúcho haja sido absorvida por ambos, o que possibilitará um planejamento que comece com o mapeamento de tecnologias e um programa de absorção compatível com futuros projetos de desenvolvimento de materiais de emprego militar. Reabre-se uma antiga porta, portanto.

Assim, encerra-se o presente capítulo, cuja finalidade foi a de estabelecer categorias de análise e mapear o estado da cooperação militar no Cone Sul, entre os anos de 2016 e 2019.

Pois bem, passa-se agora à análise da OM central para qualquer política de cooperação sustentável na área em estudo. A missão do CIBId, bem como suas principais possibilidades e limitações serão assuntos do próximo capítulo.

³⁹ Entendimento nº36 da ata da CBEM Brasil-Argentina, realizada em Buenos Aires, 2018.

4 CENTRO DE INSTRUÇÃO DE BLINDADOS: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

O CIBId foi criado em 11 de outubro de 1996, no Rio de Janeiro – RJ. Santos (2016) enquadra a criação da OM no contexto da aquisição à época dos blindados norte-americanos M-60 A3 TTS e Leopard 1A1, de fabricação germânica, porém adquiridos do Exército belga. Dessa forma, prossegue o autor, diante do salto tecnológico que a nova frota trouxe, emergiram vários questionamentos no tocante ao preparo das guarnições de operadores dos blindados; sobre como reestruturar a cadeia logística, indispensável à sustentação dos veículos; e de como reter e disseminar o conhecimento. Tal desafio impôs uma nova organização militar (SANTOS, 2016). Em 2004, dentro do escopo do plano de reestruturação do Exército 2003-2007, o CIBId foi transferido para a cidade de Santa Maria - RS⁴⁰, onde permanece até hoje. Fruto da implantação das frotas do Leopard 1A5 BR (2009) e da VBTP Guarani (2013), o Centro experimentou grande expansão através da construção de modernas instalações voltadas para a instrução, simulação e manutenção.

Segundo o Regulamento do Centro de Instrução de Blindados R-60⁴¹, o CIBId constitui-se em:

“estabelecimento de ensino da linha do Ensino Militar Bélico, subordinado ao Comando Militar do Sul (CMS), vinculado pelo canal técnico à Diretoria de Educação Técnica Militar (DETMil), para fins de orientação técnico-pedagógica, e pelo canal operacional ao Comando de Operações Terrestres (COTER), para fins de planejamento, orientação, coordenação e controle das atividades ligadas à Instrução Militar e à Doutrina” (BRASIL, 2019, p.3).

Quanto à sua missão, assim a coloca o citado documento:

I - Capacitar, especializar ou estender o conhecimento de oficiais e sargentos das **Forças Armadas do Brasil** e de **Nações Amigas** em relação a blindados, nas vertentes técnica, tática e logística, até o escalão subunidade;
 II - Contribuir para o **desenvolvimento da doutrina militar** nas áreas de sua competência.
 III - cooperar com outras instituições nos assuntos referentes ao estudo, à pesquisa, ao preparo e emprego de blindados.
 IV - **Cooperar na área de Ciência e Tecnologia** e na avaliação de Produtos de Defesa (PRODE) relativos às plataformas blindadas e mecanizadas.
 V - Cooperar no desenvolvimento de metodologias de emprego dos meios de simulação, em suas modalidades viva, construtiva e virtual, com prevalência desta última (BRASIL, 2019, p. 3, grifo nosso).

⁴⁰ Portaria do Comandante do Exército nº 771, de 11 Dez 2003 (Altera a subordinação e a sede do CI BId).

⁴¹ Documento original: Portaria do Comandante do Exército nº 750, de 17 dez. 2002. Para a redação deste TCC, foi utilizada a proposta de alteração do regulamento inicial, enviada para aprovação em 2019, contemplando a mudança de subordinação do CIBId para o CMS, ocorrida em 2018.

Com base na descrição acima, assinala-se a importância do CIBId para o tema em estudo. Não apenas pelo papel no ensino, mas na contribuição no desenvolvimento doutrinário e na vertente científico-tecnológica, através da participação junto com engenheiros militares na avaliação de viaturas blindadas, além da prospecção de requisitos operacionais de veículos militares. Ainda, pelo emprego de modernos meios de simulação, tendo sido uma das primeiras OM a trabalhar com a simulação virtual, sendo referência na área dentro do EB⁴². Outro fato que reverberou no aumento da relevância do CIBId foi a transformação da Escola de Material Bélico em Escola de Sargentos de Logística⁴³ no ano de 2010, cuja consequência foi a absorção pelo CIBId de todos os cursos de manutenção de blindados originalmente ministrados naquele estabelecimento de ensino. Dito isso, em uma perspectiva institucional de gestão do conhecimento, torna-se fácil concluir a posição central do CIBId na rede colaborativa que trata do tema blindados no EB, atuando não só como repositório de conhecimentos, mas como facilitador do diálogo entre os vários órgãos pelos quais o tema perpassa.

Para cumprir suas atribuições, o CIBId conta com um efetivo de 269 militares⁴⁴, organizados da seguinte forma: Comando (Direção de Ensino), Subcomando, Divisão de Ensino (Div Ens), Corpo de Alunos, Divisão Administrativa, Divisão de Pessoal, Divisão de Inteligência e Operações, e Esquadrão de Comando e Apoio (BRASIL, 2019).

O Centro conta com um diversificado portfólio de atividades de ensino, nas vertentes de operação, manutenção, tática e especial, como descrito no quadro abaixo:

Quadro 8 – Atividades de ensino do CIBId

Vertente	Atividade de ensino
Operação de viaturas blindadas	Curso de operação da viatura blindada de combate carro de combate (VBC CC) Leopard 1A5 BR
	Curso de operação da viatura blindada especial lança-pontes Leopard 1 BR
	Curso de operação da viatura blindada especial Socorro Leopard 1 BR
	Curso de operação da viatura blindada especial de engenharia Leopard 1 BR

(continua)

⁴² Informação prestada pelos Chefe da Divisão de Ensino e pelo Comandante do CIBId.

⁴³ Portaria do Comandante do Exército nº 126, de 10 de março de 2010.

⁴⁴ Informação prestada pelo Cmt do CIBId, TC Camilo Pereira Antunes.

(continuação)

Vertente	Atividade de ensino
Operação de viaturas blindadas	Curso de operação da viatura blindada especial Socorro Leopard 1 BR
	Curso de operação da viatura blindada especial de engenharia Leopard
	Curso de operação da viatura blindada de combate obuseiro autopropulado (VBC OAP) M-108 e M-109 A3
	Curso de operação da viatura blindada de transporte de pessoal (VBTP) M-113 BR
	Curso de operação da viatura blindada Guarani
	Curso avançado de tiro do sistema de armas da VBC CC Leopard 1A5
	Estágio de operação da VBC CC M-60 A3 TTS
Manutenção de viaturas blindadas	Curso de manutenção do chassi das viaturas blindadas da família Leopard 1BR
	Curso de manutenção da torre da VBC CC Leopard 1A5 BR
	Curso de manutenção de chassi da VBC OAP M-108 e M-109 A3
	Curso de manutenção de torre da VBC OAP M-108 e M-109 A3
	Curso de manutenção do chassi da VBTP M-113 BR
	Curso de manutenção de chassi da viatura blindada de reconhecimento (VBR) EE-9 Cascavel e VBTP EE-11 Urutu
	Curso de manutenção de chassi da viatura blindada Guarani
	Curso de manutenção do sistema de armas da viatura blindada Guarani
	Estágio de manutenção da torre da VBR EE-9 Cascavel
	Estágio de manutenção do chassi da viatura blindada especial socorro M-578
	Estágio de gerenciamento de frota de viaturas blindadas e mecanizadas
Tática	Estágio tático de blindados sobre lagartas
	Estágio tático de pelotão de exploradores
	Estágio de liderança de pequenas frações mecanizadas
Especial	Estágio para comandantes de OM blindadas e mecanizadas

Fonte: o autor com base no catálogo de cursos da Diretoria de Educação Técnica Militar. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.detmil.eb.mil.br/images/arquivos/catalogo.pdf>.

Portanto, são 24 atividades de ensino, com duração que varia de 9 a 16 semanas. Além dos cursos e estágios, o CIBId também recebe visitas, como descrito no capítulo anterior, e conduz atividades especiais como programas de cooperação de instrução, inclusive com unidades da Força Aérea Brasileira e do Corpo de Fuzileiros Navais, bem como seminários diversos. A respeito, em 2017, o CIBId sediou a XIX Conferência Internacional dos *Master Gunners*, onde compareceram delegações da Alemanha, Chile, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Noruega, Polônia e Suécia, além da brasileira.⁴⁵ Observe-se que, dentre os países do Cone Sul, apenas Brasil e Chile são membros ativos desse organismo de cooperação técnica militar.

⁴⁵ <https://www.forte.jor.br/2017/12/27/conferencia-internacional-de-master-gunner-no-brasil/>

Descritas a missão, organização e atividades do CIBId, segue-se a análise de como esta OM pode contribuir para a cooperação militar junto aos países do Cone Sul, na visão dos especialistas que integram o corpo docente da OM. Nesse ponto, cabe uma breve nota metodológica, a fim de esclarecer como a pesquisa foi conduzida.

Esta fase da investigação teve por base dois pilares: (1) entrevistas com o Comandante do CIBId, Subcomandante e o Chefe da Divisão de Ensino; e (2) questionário aplicado nos especialistas que compõem a Div Ens da OM. Ambos os instrumentos de pesquisa tiveram como referência os ensinamentos de Vergara (2009).

O motivo da seleção do universo da entrevista deveu-se ao fato de serem os cargos gerenciais com mais afinidade ao tema da cooperação militar, pois participam do planejamento estratégico da OM, além de reuniões constantes com demais órgãos já mencionados ao longo do trabalho, tais como o EME, DMat, DCT, etc. Acrescenta-se ainda o motivo de serem os militares mais antigos na OM e todos contando com vasta experiência anterior como instrutores, inclusive com o Comandante tendo servido no CIBId quando este ainda estava situado no Rio de Janeiro. Portanto, a confiabilidade e qualidade das respostas foram o ponto alto das entrevistas, que duraram, em média, 45 minutos, todas conduzidas pelo meio virtual.

O questionário foi preparado em três fases. A primeira foi o estabelecimento de um grupo focal constituído por 8 (oito) ex-instrutores do CIBId, sendo 3 (três) praças e 5 (cinco) oficiais, com experiência no ensino de operação, tático e de manutenção. Este grupo foi essencial para a seleção do universo de pesquisa e na elaboração das perguntas, que constituiu a segunda fase. Nesta, com base em discussão por intermédio da técnica de *brainstorming*, foi montado um questionário inicial, revisto pelo grupo de foco. As observações foram incorporadas às perguntas e o instrumento de pesquisa submetido a teste inicial, que tornou a render melhoramentos pontuais. Findo este processo, teve início a terceira fase, a aplicação do questionário propriamente dita. Esta atividade foi conduzida na plataforma *google forms*, sem qualquer problema. O universo de pesquisa determinado foi a Div Ens, por estar ligada à atividade fim do CIBId, além de reunir os especialistas mais experientes, conhecedores em detalhes das possibilidades e limitações da OM. Dos 81 questionários aplicados, todos retornaram, conferindo credibilidade metodológica aos achados da pesquisa, que será comunicada a seguir.

Com relação à experiência dos especialistas consultados, 58% possuíam mais de 3 anos como instrutores no CIBId, sendo que 46,9% já havia participado de algum tipo de missão oficial (visita, intercâmbio ou curso) representando o EB no exterior. Apenas 23,5% do universo contava com menos de 1 ano de experiência como instrutor do CIBId. Assim, tais dados reforçam o nível de experiência dos respondentes, com reflexos positivos na qualidade dos resultados.

Quando apresentados à pergunta, formulada com a resposta estruturada sob a forma da escala *likert* de 5 pontos, sobre a importância para o CIBId do aumento da cooperação militar com os países do Cone Sul, 71,6% expressaram concordância total; 25,9% assinalaram que concordavam; 1,27% assumiram uma posição neutra e apenas 1,27% manifestou algum grau de discordância.

A respeito da percepção sobre a preparação do CIBId para a ampliação da cooperação militar com os países do Cone Sul, 42% concordaram totalmente; outros 42% concordaram; 9,9% mostraram-se neutros e 6,2% discordaram. Não houve resultados que apontassem para discordância total.

Logo, com base nos dois questionamentos acima, conclui-se que o incremento da aproximação com os países do Cone Sul seria uma iniciativa bem acolhida pelos especialistas do CIBId, que consideram a OM preparada para levá-las a cabo.

Avançando na pesquisa, 3 (três) perguntas versaram sobre as percepções na área do ensino, referentes à realização de cursos e ao recebimento de instrutores de nações amigas do Cone Sul. Eis o resultado: 66,2% apontaram o Chile como prioridade para o envio de militares brasileiros para atuarem como instrutores. A Argentina veio em segundo, com 28,0 %; seguida da Bolívia (3,4%); Paraguai (1,2%) e Uruguai (1,2%).

Quanto à classificação dos países prioritários para o envio de militares brasileiros para a realização de cursos ou estágios, Chile e Argentina despontaram com 80% e 15,5%, respectivamente. Na sequência, vieram a Bolívia (2,3%); Paraguai (1,1%) e Uruguai (1,1%).

Sobre a prioridade para receber militares de nações amigas do Cone Sul como instrutores no CIBId, o Chile obteve 74,2% dos votos; Argentina 19,1%; Bolívia 3,3%; Uruguai 2,2% e Paraguai 1,2%.

Dessa forma, com base nos números das 3 (três) indagações acima, conclui-se que os especialistas veem de maneira categórica o Chile como o principal foco

para intercâmbio de instrutores, assim como o país preferencial para a busca de conhecimento na área de blindados através da realização de cursos e estágios. A nação argentina vem em segundo plano, mas ainda com certa percepção de prioridade. Por outro lado, na visão dos especialistas, a aproximação com Bolívia, Paraguai e Uruguai na área de ensino não representaria ganhos substantivos para o CIBId.

Com respeito às atividades de ensino já desenvolvidas pelo CIBId atualmente, 34,1% dos entrevistados considerou os cursos de operação de veículos blindados como o instrumento mais apropriado para a ampliação dos laços colaborativos no Cone Sul. Em segunda prioridade vem o recebimento de instrutores de nações amigas, contabilizando 26,9% das respostas. Os cursos de manutenção figuram em terceiro lugar, com 16,6% dos votos, seguido da condução de atividades na área de simulação, que obteve a quarta colocação (10,3%). As últimas prioridades couberam aos estágios táticos (8,7%) e a realização de atividades de ensino à distância, com apenas 3,2% das respostas.

No tocante às ações de promoção de interoperabilidade que o CIBId poderia desenvolver de forma a ampliar a cooperação militar com os países do Cone Sul, 28,6% julgaram o intercâmbio de instrutores como a principal iniciativa. A realização de atividades de ensino presenciais veio em segundo, com 21%. Como terceira prioridade veio a condução de seminários temáticos (intercâmbio doutrinário, formulação conceitual de viaturas blindadas, etc.), contando 14% das respostas. A criação de grupos funcionais⁴⁶ obteve a quarta posição com 8,9% dos votos, seguido de um empate com relação à condução de exercícios no terreno, onde 7% dos especialistas elegeram exercícios regulares, e outros 7% optaram pela condução de exercícios no formato de competições entre guarnições de viaturas blindadas. Como sétima prioridade foi apontada a condução de atividades na área de simulação com 5,7% das respostas. O oitavo lugar foi para a criação de grupos de usuários de determinado veículo blindado (5%). Finalmente, veio a realização de atividades na modalidade de ensino à distância, com apenas 2,5% dos votos.

Na visão dos especialistas, apesar de preparado, o CIBId apresenta fatores limitadores ao adensamento dos laços de cooperação militar com as nações amigas do Cone Sul. Dentre eles, a necessidade de mais instrutores vem em primeiro lugar,

⁴⁶ Grupos voltados para funções específicas, tais como grupo dos instrutores avançados de tiro, grupo de gerência de frota, etc.

sendo apontada como a principal limitação por 29,8% dos entrevistados. Em seguida emerge a disponibilidade de materiais essenciais à instrução militar, tais como munição, combustível e viaturas, com 20,1% das respostas. A insuficiência de recursos orçamentários foi o terceiro fator limitador, apontado por 18,2% dos especialistas. A infraestrutura de apoio ao ensino (alojamentos, biblioteca, instalações para treinamento físico militar) aparece como quarta maior limitação, elencada por 15,3% dos entrevistados. A infraestrutura de ensino (salas e campos de instrução) ocupa o quinto lugar como limitação, com 7,6% dos votos. A falta de pessoal voltado às atividades administrativas apareceu como sexto fator limitante (4,8%) e a preocupação com o idioma espanhol veio em último lugar, tendo sido apontado como limitação por apenas 3,8% dos respondentes.

Em resumo, a análise dos dados levantados entre os profissionais entrevistados mostra que o CIBId está preparado para o tema em questão, sendo a busca por ampliar o intercâmbio de instrutores a melhor iniciativa a ser adotada, haja vista o potencial gerador de vínculos cooperativos inerente a esta categoria, somado à capacidade de mitigação do principal fator limitador: a necessidade de aumento do quadro de instrutores. A escassez de recursos orçamentários, bem como de munição, combustível e viaturas, constitui-se em limitação que pode ser mitigada através de maior alocação de recursos ao CIBId pelo Comando Logístico.

Dois áreas emergiram com potencial de exploração: a condução de seminários temáticos e atividades na área de simulação, pois não demandam muitos recursos e prestam-se ao estreitamento dos laços de cooperação técnica, com amplo potencial para troca de informações, promoção da interoperabilidade e estabelecimento de confiança mútua.

Outra constatação foi a de que, sob a ótica dos especialistas consultados, o CIBId não seria o melhor instrumento para o aprofundamento das relações através de exercícios do terreno, apresentando maior vocação para atividades mais diretamente voltadas à área de ensino.

Sintetizando as informações deste e do capítulo anterior, chega-se à formulação de que os exércitos do “arco do conhecimento” seriam polos originários de doutrina, logística e ciência e tecnologia. No âmbito do Cone Sul, Brasil e Chile funcionariam como polos difusores, eventualmente com potencial de originar conhecimentos nestas áreas. Por outro lado, Bolívia, Paraguai e Uruguai constituem-se em polos de absorção logístico-doutrinária. A Argentina, dado que possui um

exército com sistema educacional consolidado, mas carecendo de uma OM especificamente dedicada ao estudo e ensino de blindados, além da menor capacidade tecnológica na área, apresenta-se em posição pendular; ora no polo da absorção de conhecimentos, ora atuando no polo difusor.

Dessa forma, com base na perspectiva brasileira, chega-se à formulação enunciada no quadro abaixo, em uma tentativa de apresentar os pontos fortes e fracos, bem como oportunidades e ameaças a respeito do tema em estudo.

Quadro 9 – Matriz SWOT da cooperação militar em blindados no Cone Sul

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Laços históricos de camaradagem, cordialidade e cooperação, somado ao poder de atração regional exercido pelo EB; - Sistemática de treinamento atualizada e consolidada; - Existência de uma OM dedicada exclusivamente ao estudo e ensino na área de blindados (CIBId), nas vertentes de operação, manutenção e tática, contando com 24 anos de experiência e tendo alto grau de importância na gestão do conhecimento do tema no EB; - Capacidade tecnológica e ensino científico bem estruturado, com bom potencial de absorção de tecnologia e de aprofundamento da cooperação técnica militar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Orçamento reduzido e dependência do Ministério das Relações Exteriores; - Sazonalidade na intensidade da relação de cooperação militar, com ciclos de maior e menor aproximação; - Carência de instrutores no CIBId; - Necessidade de maior alocação de combustível, munição, viaturas e material para instrução no CIBId; - Necessidade de obras de ampliação de instalações no CIBId.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Atração dos polos de absorção logístico-científico-doutrinária para esfera de influência, explorando o CIBId no vetor ensino. No vetor logístico, prover a sustentabilidade da frota Engesa ainda em uso nos demais países; - Ampliação do estabelecimento de oficiais de ligação a fim de adensar os laços colaborativos; - Promover o aprofundamento da interoperabilidade através do intercâmbio de instrutores e realização de seminários temáticos; - Promover a interoperabilidade via execução de exercícios no terreno, buscando envolver mais países da região; além do incremento de atividades de simulação de combate. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atração exercida pelo arco. do conhecimento, principalmente com a racionalização de posições e possíveis cortes de vagas, vindo a prejudicar a cooperação militar na área de blindados entre os países do Cone Sul. - Prioridade conferida aos países africanos, reduzindo os recursos necessários ao adensamento das relações de cooperação técnica militar com os países do Cone Sul.

Fonte: o autor.

CONCLUSÃO

Enfim, chega-se ao final desta monografia. Aqui, convém recordar que a questão motivadora do esforço investigativo girou em torno da importância e contribuição do Centro de Instrução de Blindados no fortalecimento da cooperação militar com países do Cone Sul, com o objetivo de analisar o papel da OM, além de apontar suas possibilidades e limitações.

Indo direto ao cerne da questão, apurou-se a relevância do CIBId para o tema em estudo, somando contribuições nas áreas de ensino, doutrina, científico-tecnológica; tendo papel relevante na gestão do conhecimento sobre blindados no EB.

Epistemologicamente, buscou-se o diálogo não só entre as correntes de pensamento realista e liberal-institucionalista da teoria das relações internacionais, mas também com as principais ideias do pensamento geopolítico brasileiro. Através desta síntese, tentou-se “afinar a rede” que seria lançada ao mar da complexa realidade que permeia o tema com o objetivo de melhor entendê-lo, como ensinava Popper. Tal exercício cognitivo foi empreendido, até mesmo para chegar a uma perspectiva brasileira dos conceitos abordados, embora atento ao ensinamento de Kuhn, de que “uma teoria pode ser aceita como paradigma, mas que, não necessariamente, conseguirá explicar todos os fatos contra os quais será confrontada”.

Embora ciente de tal limitação, a síntese das ideias confrontadas apontou para o imperativo da cooperação militar entre o Brasil e as nações do Cone Sul; sem, contudo, deixar de considerar o poder de atração exercido pelo dito “arco do conhecimento”, sobretudo EUA e Alemanha, que, como polo gerador doutrinário-logístico-científico-tecnológico, exerce substantiva capacidade de influência. Na medida certa, tal influência é benéfica ao oxigenar as ideias que permeiam o tema e fazem do Brasil e Chile seus polos difusores. Em dose exagerada, constitui-se em fator limitador à ampliação dos laços cooperativos entre os países da região. A sabedoria está em achar a medida ideal.

No esforço de desenvolver conceitos nacionais, empregou-se o método da análise de conteúdo, tal como preconizado por Bardin, e aplicado às fontes primárias de pesquisa, no intento de formulação de categorias que serviram como modelo de análise. Assim, dentre as principais áreas de cooperação levantadas, verificou-se que

a de blindados apresenta caráter sazonal, ou seja, foi mais intensa no passado, oferecendo potencial de ampliação para o futuro, com tendência de aprofundamento.

Para tanto, as principais categorias levantadas foram: (1) comissões bilaterais; (2) promoção da interoperabilidade, via ensino, visitas, exercícios militares, oficiais de ligação, seminários e canais permanentes de contato; e (3) cooperação logística e científico-tecnológica, por meio de visitas, doação/recuperação de meios blindados e desenvolvimento conjunto de veículos militares.

Nesse viés, constatou-se a densidade de relações nesse campo com a Argentina e o Chile, onde, à luz dos critérios de análise, o país platino apresentou grau mais profundo de integração, pela busca da interoperabilidade via estabelecimento de oficiais de ligação, envio de instrutores ao Brasil, exercícios combinados no terreno, bem como tentativas conjuntas de desenvolvimento de veículos militares. Por outro lado, o Chile, fruto da cooperação técnica, prestou parcela de contribuição para a melhoria da sistemática nacional de treinamento de guarnições de carros de combate, além de buscar a expertise da engenharia militar brasileira no desenvolvimento de viaturas blindadas. Quanto à Bolívia, Paraguai e Uruguai, permanece a porta aberta representada pela possibilidade de cooperação logística para a manutenção da frota Engesa ainda remanescente nesses países. Oportunidade esta que tem sido aproveitada nos dois últimos, e carente de adensamento com o país andino. Enfim, a atração dos polos de absorção doutrinário-científico-tecnológica constitui-se em tarefa ainda a se realizar.

No sentido de sugerir rumos para futuras políticas para o ramo da cooperação estudado, ficou evidenciado que, qualquer política sustentável para o setor, passa pela busca de financiamento, principalmente junto à Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, parceria indispensável em quaisquer projetos consistentes de cooperação militar. Além disso, faz-se necessária a sensibilização das autoridades da prioridade requerida pelo Cone Sul nesse contexto.

Outro pilar de sustentação seria o CIBld. Para aferir as possíveis possibilidades e limitações desta organização militar, o instrumental metodológico utilizado foram entrevistas com o seu Comandante, Subcomandante e Chefe da Divisão de Ensino; além de um questionário aplicado aos especialistas. Para a formulação das perguntas, houve a colaboração de um grupo focal, constituído por pessoal com grande experiência prévia no assunto.

Nesse sentido, sugere-se que haja uma ampliação do intercâmbio de instrutores de nações amigas do Cone Sul, mantendo a prática atual com a Argentina e priorizando o Chile e o Uruguai para futuros convites. Assim, além do estreitamento de vínculos proporcionado por esta prática, ela apresenta vantagens quanto à economia de recursos e contribui para mitigar a principal limitação do CIBId: o efetivo de instrutores face às demandas crescentes impostas à OM.

Seminários temáticos e atividades de simulação constituem-se em áreas a serem exploradas, haja vista o potencial de troca de experiências a custo compatível com o cenário orçamentário restritivo, característica comum a todos os exércitos da região.

Uma maior aproximação com o CECOMBAC chileno mostrou-se desejável. Possivelmente, as ações recomendadas seriam o estabelecimento de oficiais de ligação, além de um canal permanente de contato, que poderia ser aberto com a visita de uma comitiva composta pelo Comandante do CIBId ao seu congênere chileno e vice-versa. O prosseguimento se daria por intermédio de reuniões periódicas, virtuais e presenciais, com agendas previamente discutidas.

Quanto aos exercícios militares, a atual tendência de fusão de atividades a fim de proporcionar ampliação de seus objetivos confere maior profundidade na integração, com potencial positivo para a cooperação militar na área de blindados. Ademais, recomenda-se a atração progressiva do Chile, Uruguai e Bolívia para tais manobras no terreno. Entretanto, a pesquisa mostrou não ser o CIBId a OM mais vocacionada para a condução de tais atividades, o que não impede sua participação em tarefas específicas, como treinamento de pessoal, consulta doutrinária, utilização de suas instalações de simulação, entre outras.

Por fim, recorrendo-se à obra de Erico Verissimo, o vento vai para o sul, depois para o norte e continua girando, trazendo novos tempos. Há precisamente cento e quatro anos, o mundo testemunhava o primeiro emprego de carros de combate na ofensiva do Somme, na França. Desde então, os “monstros de aço” estiveram sempre presentes nos campos de batalha, constituindo-se na espinha dorsal dos exércitos ao redor do mundo. Que quaisquer “tempos” que o vento traga, nos pegue preparados, adaptados e irmanados.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e defesa no Cone Sul**: da rivalidade na guerra fria à cooperação atual. São Paulo: Porto de Ideias, 2010.

AMARANTE, José Carlos Albano do. **Processos de obtenção de tecnologia militar**. In: O papel da Defesa na inserção internacional brasileira, texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

ANNES, Daniel Bernardi. O projeto *Master Gunner* e seus reflexos para a tropa blindada brasileira. **Defesanet**, Brasília, 23 out. 2018. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/leo/noticia/30951/O-Projeto-Master-Gunner-e-seus-reflexos-para-a-tropa-blindada-brasileira/> . Acesso em 15 jul. 2020.

ARGENTINA. *Primera División del Ejército*. **Acta de la XIII Conferencia Bilateral de Estado Mayor entre los Ejércitos de Argentina y Brasil**. Buenos Aires: 29 ago. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. **Blindados no Brasil**: um longo e árduo aprendizado, volume I. Bauru: Taller Comunicação, 2011.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Uma experiência real: EE-9 Cascavel em combate Líbia e Iraque 2015 – 2017. **Defesanet**, Brasília, 14 set. 2017. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/27104/UMA-EXPERIENCIA-REAL--EE-9-Cascavel-em-combate-Libia-e-Iraque-2015---2017--/> . Acesso em 14 jul. 2020.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Engesa EE-11 Urutu “anabolizado” no Iraque – Uma nova variante? **Defesanet**. Brasília, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/31116/Expedito---ENGESA-EE-11-URUTU-“ANABOLIZADO”-NO-IRAQUE---Uma-nova-variante-/> . Acesso em 14 jul. 2020.

BASTOS JR., Paulo Roberto. EUA autorizam a venda de 27 blindados Stryker M1126 à Argentina. **Defesanet**. Brasília, 07 jul. 2020. Disponível em: <https://tecnodefesa.com.br/eua-autorizam-a-venda-de-27-stryker-m1126-a-argentina/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BOLÍVIA. *Comando General del Ejército*. **Acta de la X Conferencia Bilateral de Estados Mayores entre los Ejércitos de Bolivia y Brasil**. La Paz: 29 ago. 2019.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação técnica do Brasil**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2020. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>. Acesso em: 29 mai. 2020.

BRASIL. Centro de Instrução de Blindados. **Regulamento do Centro de Instrução de Blindados**, Portaria do Comandante do Exército nº 750. Brasília: 17 dez. 2002.

BRASIL. Centro de Instrução de Blindados. **Relatório de missão no exterior: estágio de instrutores, realizado na cidade de Iquique, Chile**. Autor: Maj Cav Fernando Augusto Valentini da Silva. Santa Maria: 13 out. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Diretoria de Educação Técnica Militar. **Catálogo de cursos da Diretoria de Educação Técnica Militar**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.detmil.eb.mil.br/images/arquivos/catalogo.pdf>. Acesso em 24 jul. 2020.

BRASIL. Estado Maior do Exército. 1ª Subchefia. **Extrato do Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas**. Brasília, 2020.

BRASIL. Estado Maior do Exército. 5ª Subchefia. **Relatório do estudo Exército Brasileiro 2015-2018 na área de relações internacionais e atividades especiais**. Brasília: 27 jul. 2018.

BRASIL. Estado Maior do Exército. 5ª Subchefia. **Ata da Comissão Bilateral de Estado-Maior Brasil-Bolívia**. Brasília: 18 ago. 2016.

BRASIL. Estado Maior do Exército. 5ª Subchefia. **Ata da Comissão Bilateral de Estado-Maior Brasil-Paraguai**. Brasília: 28 abr. 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa (2016a)**. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º). Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf . Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa (2016b)**. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º). Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf . Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional (2016c)**. Versão sob apreciação do Congresso Nacional (Lei Complementar 97/1999, art. 9º, § 3º). Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro-branco-de-defesa-nacional-consulta-publica-12122017.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Comando do Exército. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI) (2016d)**. Brasília-DF, 2016. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=DAEBAI+2016&oq=DAEBAI+2016+&aqs=chrome..69i57j33.7494j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> . Acesso em: 16 abr. 2020.

CASTRO, Therezinha de. **Nossa América: geopolítica comparada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHILE. *Dirección de Relaciones Internacionales del Ejército de Chile*. **Entendimientos del Acta de la XI Reunión Bilateral de Estado Mayor Chile-Brasil**. Santiago, 2017.

DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Análise das relações internacionais**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

DIAS, Reinaldo. Um tema emergente nas relações internacionais: a paradiplomacia das cidades e municípios. **Revista Âmbito Jurídico**, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-79/um-tema-emergente-nas-relacoes-internacionais-a-paradiplomacia-das-cidades-e-municipios/> . Acesso em: 09 abr. de 2020.

DÜRING, Nelson. Diplomacia dos blindados. **Defesanet**, Brasília, 15 ago. 2007. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/1774/Diplomacia-dos-Blindados/> . Acesso em: 14 jul. 2020.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23 ed. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2010.

EXÉRCITO Brasileiro realiza doação de blindados M41. **Defesanet**, 2018. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/leo/noticia/31413/Exercito-Brasileiro-realiza-doacao-de-blindados-M41/> . Acesso em: 15 jul. 2020.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A Escola Geopolítica brasileira**: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

KEOHANE, R. O; NYE Jr., Joseph S. **Power and Interdependence**: World Politics in Transition. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. 4 ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011a.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**, v. II. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011b.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**, v. III. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011c.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf. Acesso em 21 abr. 2020.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE Jr., Joseph S. **Power in global information age: from realism to globalization.** Kindle ed. New York: Taylor & Francis e-Library, 2004.

NYE Jr., Joseph S. **The future of power.** New York: Public Affairs, 2011.

SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. **As ações do Exército brasileiro em apoio à Política Externa brasileira voltada para a África subsaariana.** 2014. 188 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Carlos Alexandre Geovanini dos. Do Gericinó ao Taquarichim: boinas pretas superando desafios, 20 anos de CIBld. **Defesanet**, Brasília, 12 out. 2016. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/leo/noticia/23776/Do-Gericino-ao-Taquarichim--Boinas-Pretas-superando-desafios---20-Anos-do-CIBld/> . Acesso em: 24 jul. 2020.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Relações internacionais.** Barueri, SP: Manole, 2004.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

URUGUAY. *Estado Mayor del Ejército. X Conferencia Bilateral de Estados Mayores entre los Ejércitos de la República Oriental de Uruguay y la República Federativa del Brasil.* Montevideo: 29 set. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VESENTINI, José William. **Novas geopolíticas: as representações do século XXI.** São Paulo: Contexto, 2011.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista

1) Tema: CIBId como vetor de cooperação militar na área de blindados com os países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai);

2) Entrevistados:

- Comandante do CIBId: Tenente-Coronel Camilo Pereira Antunes;
- Subcomandante do CIBId: Tenente-Coronel Alisson Rodrigues de Oliveira; e
- Chefe da Divisão de Ensino do CIBId: Major Alessandro Fagundes de Souza.

3) Roteiro:

- Qual a relevância da cooperação militar com os países do Cone Sul para o CIBId?
- Qual deveria ser a prioridade dentre os exércitos do Cone Sul?
- Quais as possibilidades oferecidas pelo CIBId?
- Dentro das possibilidades do CIBId, qual seria o instrumento de cooperação mais efetivo?
- Quais são as limitações do CIBId no contexto estudado?

APÊNDICE B – Questionário

Prezado instrutor/monitor,

O objetivo deste questionário é contribuir para a coleta de dados de pesquisa realizada no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra. O tema deste estudo é **analisar o papel do CIBId em relação à cooperação militar na área de blindados envolvendo os países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai)**. Portanto, somente estes países estão sendo considerados nesta pesquisa. Como antigo integrante deste estabelecimento de ensino, sei da importância e da grande quantidade de missões que o Sr. tem para cumprir. Pensando nisso, montei um questionário simples de responder e que não tomará mais do que cinco minutos de seu tempo. Fique tranquilo quanto à sua privacidade, pois as respostas não serão identificadas. Se o seu árduo trabalho contribuiu para trazer o Centro até aqui, como referência nacional na área de blindados, sua contribuição nesse questionário poderá ajudá-lo a projetar-se internacionalmente. De antemão, agradeço sua resposta!

“Somos, porque queremos ser! Aço! Boina Preta! Brasil!”.

1) Marque com um X seu tempo de experiência no CIBId:

() 1 ano ou menos () entre 1 e 3 anos () mais de 3 anos

2) Você já participou de algum tipo de missão oficial (visita, intercâmbio, curso, etc.) representando o Exército Brasileiro no exterior?

() Sim () Não.

Qual país? _____

Baseado no conceito de interoperabilidade descrito no manual MD35-G-01, 5ª ed., 2015,

INTEROPERABILIDADE - 1. Capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução. O desenvolvimento da interoperabilidade busca otimizar o emprego dos recursos humanos e materiais, assim como aprimorar a doutrina de emprego das Forças Armadas. A consecução de um alto grau de

interoperabilidade está ligada diretamente ao maior ou menor nível de padronização de doutrina, procedimentos, documentação e de material das Forças Armadas. São os seguintes níveis de padronização: compatibilidade, intercambialidade e comunalidade. 2. Capacidade dos sistemas, unidades ou forças de intercambiarem serviços ou informações ou aceitá-los de outros sistemas, unidades ou forças e, também, de empregar esses serviços ou informações, sem o comprometimento de suas funcionalidades.

Responda:

3) É importante para o **CIBId** o aumento da cooperação militar com os países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai).

- 1- Discordo totalmente
- 2- Discordo
- 3- Nem concordo nem discordo
- 4- Concordo
- 5- Concordo totalmente

4) Em ordem de prioridade, classifique os países que você considera **mais importantes para o envio de militares brasileiros para atuarem como instrutores/monitores**. Coloque o número 1 para o mais importante, 2 para a segunda escolha, e assim por diante. Deixe em branco, caso julgue que o país assinalado não deva ser alvo de aproximação.

() Argentina () Bolívia () Chile () Paraguai () Uruguai

5) Em ordem de prioridade, classifique os países que você considera **mais importantes para o envio de militares brasileiros para atuarem como instruendos**. Coloque o número 1 para o mais importante, 2 para a segunda escolha, e assim por diante. Deixe em branco, caso julgue que o país assinalado não deva ser alvo de aproximação.

() Argentina () Bolívia () Chile () Paraguai () Uruguai

6) Em ordem de prioridade, classifique os países que você considera **mais importantes para o CIBId receber no seu corpo docente em um programa de intercâmbio de instrutores/monitores**. Coloque o número 1 para o mais importante,

2 para a segunda escolha, e assim por diante. Deixe em branco, caso julgue que o país assinalado não deva ser alvo de aproximação.

() Argentina () Bolívia () Chile () Paraguai () Uruguai

7) Classifique as ações que você julga que o CIBId possa desenvolver para a ampliação da cooperação militar com os países do Cone Sul, além da melhoria dos padrões de interoperabilidade entre eles. Coloque o número 1 para o mais importante, 2 para a segunda escolha, e assim por diante. Deixe em branco, caso julgue que a ação não deva ser implementada.

() Realização de cursos e estágios presenciais no CIBId

() Realização de atividades de ensino na modalidade à distância

() Intercâmbio de instrutores

() Condução de seminários temáticos (intercâmbio e discussão doutrinária, formulação conceitual de viaturas blindadas, etc)

() Criação de grupos funcionais com os países da região, tais como: grupo de instrutores avançados de tiro, grupo de soluções para gerenciamento e manutenção de frota, etc.

() Criação de grupos usuários de determinada viatura, como o LEOBEN

() Condução de exercícios no terreno com os países envolvidos

() Condução de exercícios no formato de competições entre guarnições de viaturas blindadas

() Condução de atividades na área da simulação de combate

Caso tenha alguma sugestão, indique outras: _____

8) Classifique as atividades de ensino já desenvolvidas pelo CIBId de acordo com a prioridade que você julgue mais apropriada para ampliar a cooperação militar com os países do Cone Sul. Coloque o número 1 para a mais importante, 2 para a segunda escolha, e assim por diante. Caso julgue que a atividade não é importante para o tema em questão, deixe em branco:

() cursos de operação de veículos blindados

() cursos de manutenção de veículos blindados

() estágios táticos

() receber instrutores/monitores de nações amigas

() condução de ensino à distância

() atividades na área de simulação

9) O CIBId está preparado para uma ampliação da cooperação militar com os países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai).

1- Discordo totalmente

2- Discordo

3- Nem concordo nem discordo

4- Concordo

5- Concordo totalmente

10) Na sua visão, classifique as principais limitações do CIBId para que a OM possa ampliar os laços de cooperação militar com os países do Cone Sul. Coloque o número 1 para o principal fator limitador, 2 para o seguinte, e assim por diante. Caso julgue que o item descrito não se constitui em limitação, deixe-o em branco:

() Insuficiência de instrutores/monitores

() insuficiência de pessoal voltado para a administração

() insuficiência de recursos orçamentários

() falta de material de instrução (munição, combustível, viaturas)

() infraestrutura de ensino (salas de aula, rampas de manutenção, etc)

() infraestrutura de apoio ao ensino (alojamento, biblioteca, atividades físicas)

() pessoal habilitado no idioma espanhol

Aponte outros fatores não listados anteriormente:

SOMOS, PORQUE QUEREMOS SER!
AÇO! BOINA PRETA! BRASIL!